

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-10-2022.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a Ordem do Dia. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cezar Augusto Schirmer, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Moisés Maluco do Bem e Márcio Bins Ely. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/22 (Processo nº 0622/22), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/22 (Processo nº 0054/22), de autoria de Cláudia Araújo; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 252/22, 300/22 e 329/22 (Processos nºs 0503/22, 0594/22 e 0652/22, respectivamente), de autoria de Kaká D'Ávila; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 256/22 e 364/22 (Processos nºs 0515/22 e 0725/22, respectivamente), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Lei do Legislativo nº 301/22 (Processo nº 0595/22), de autoria de Cezar Augusto Schirmer; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 302/22 e 308/22 (Processos nºs 0596/22 e 0613/22, respectivamente), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 310/22 (Processo nº 0620/22), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 312/22 (Processo nº 0626/22), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 378/22 (Processo nº 0751/22), de autoria de Enio Kaufmann; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 362/22 e o Projeto de Resolução nº 058/22 (Processos nºs 0720/22 e 0726/22), de autoria da Mesa Diretora; e o Ofício nº 4066/22, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22 (Processo nº 0762/22). Na oportunidade, o Presidente informou o plenário que João Bosco Vaz foi eleito e empossado Presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL no dia dois de agosto do corrente, durante a Vigésima Quarta Reunião Ordinária dessa Comissão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22 (Processo nº 0748/22), após ser discutido por Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Pedro Ruas, Leonel Radde, Karen Santos, Laura Sito, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Matheus Gomes, Jessé Sangalli, Cezar Augusto Schirmer, Jonas Reis, Márcio Bins Ely, Daiana Santos, Comandante Nádia, Alexandre Bobadra e Airto Ferronato, e encaminhado à votação por Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Matheus Gomes, Jessé Sangalli e Alexandre Bobadra. Na oportunidade, foram apregoadas as

Emendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22: de nº 02, assinada por Leonel Radde e Laura Sito; de nº 03, assinada por Pedro Ruas, Karen Santos, Matheus Gomes e Roberto Robaina; de nº 04, de assinada por Pedro Ruas e Matheus Gomes; de nº 05, assinada por Aldacir Oliboni, de nº 06, assinada por Aldacir Oliboni e Karen Santos. Foram aprovados Requerimentos solicitando que as Emendas nºs 02, 03, 04, 05 e 06 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22 fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foram apregoados os seguintes Requerimentos solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22: de autoria de Matheus Gomes, para a Emenda nº 04; e de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 05 e 06. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por quatorze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Laura Sito e Jessé Sangalli, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Karen Santos, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Hamilton Sossmeier em votar contrariamente à Emenda nº 06. Na oportunidade, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 362/22 (Processo nº 0720/22), de autoria da Mesa Diretora. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por sete votos SIM e vinte e

cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, tendo votado Sim Cezar Augusto Schirmer, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi declarada prejudicada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, em função do precedente legislativo nº 02. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22, por trinta e dois votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e votado Não Cezar Augusto Schirmer, Felipe Camozzato e Mari Pimentel. A Ordem do Dia foi encerrada às dezessete horas e dois minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 010/22, os Projetos de Lei do Executivo nºs 051/21, 004, 010, 027 e 028/22, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 163 e 526/21, 271, 293, 297, 317, 361, 368 e 370/22. Às dezessete horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mônica Leal e Alexandre Bobadra. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h19min: A presente sessão extraordinária tem por objetivo a apreciação do PLCE nº 014/22.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo documento informando que o Ver. João Bosco Vaz foi eleito e empossado presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, no dia 2 de agosto de 2022, durante a Vigésima Quarta Reunião Ordinária dessa Comissão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Queria anunciar a presença do Sr. Braulio Lara, vereador de Belo Horizonte, seja bem-vindo.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0748/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/22, que inclui o inc. III e os §§ 1º e 2º no art. 1º e revoga o art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995 – que cria o “Passe Livre” no sistema de transporte coletivo de Porto Alegre –, incluindo no rol de isenção tarifária os dias de eleições majoritárias e proporcionais em nível federal, estadual e municipal. **(SEI 118.00456/2022-67)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para tramitação da matéria e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Felipe Camozzato e da Ver^a Mari Pimentel;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-10-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCE nº 014/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; hoje, depois do reconhecimento do prefeito municipal de Porto Alegre de que o passe livre deveria retornar aos seus munícipes, nós estamos aqui, numa quinta-feira, na sessão extraordinária, criando a possibilidade de devolver esse direito que já tínhamos até o final do ano passado, mas que, por iniciativa do governo atual, criou-se um mecanismo

de favorecer as concessionárias, isto é, retirando grande parte das gratuidades e do passe livre, que eram 12 e permaneceram apenas dois. Agora, retorna, em dias de eleição, mais duas datas, mas nós achamos que ainda é muito pouco. E queria levantar duas questões muito pontuais. A bancada do PT – e creio que os nobres colegas vereadores depois vão falar – reconhece que a eleição do Conselho Tutelar é de extrema importância e que ela também esteja no calendário como o passe livre. Uma observação muito pontual deste Vereador: no dia da eleição, nós percebemos que o número de itinerários que estavam à disposição dos cidadãos ocorria de 30 a 40 minutos, e em algumas regiões de hora em hora. Nós percebemos que este assunto é delicadíssimo, porque, em dias normais na cidade, isto é, de segunda a sexta, é no máximo de 15 em 15 minutos; pois neste dia da eleição, os ônibus, em algumas vias, como por exemplo, na Av. Bento Gonçalves, na Av. Ipiranga, na Av. Farrapos, na Av. Assis Brasil estavam completamente lotados. Por isso nós estamos pedindo ao governo que se sensibilize para que aprove uma emenda dessa natureza para poder negociar com as concessionárias para repor o número de ônibus, no mínimo, igual aos dias normais, de segunda a sexta-feira. Então, nesse sentido, hoje nós estamos avaliando do ponto de vista da necessidade da manutenção do passe livre e percebemos que 62 cidades brasileiras já têm o passe livre. E foi um enorme equívoco do atual governo querer tirar esse direito democrático de que todos cidadãos possam ter acesso à urna. Percebemos que na política ou na eleição, muitos são financiados. Por que não dar ao cidadão o direito, ao menos, de uma passagem de ida e volta? É nesse sentido que nós entendemos que o governo tem que reavaliar a sua posição, porque, de certo modo, o governo diz que retirou as isenções e a gratuidade para reduzir o valor da passagem, mas na verdade o que prevaleceu foi o subsídio que o governo está dando de mais de R\$ 100 milhões, este ano, para poder manter a passagem de R\$ 4,60 e não R\$ 6,40 como as concessionárias queriam. É preciso reconhecer que o governo municipal faz um subsídio com o valor altíssimo e não há o porquê não fazer de mais um valor que, eu diria, irrisório, diante do valor tão grande que o governo acaba subsidiando e para cada data, segundo o cálculo do governo, é de R\$ 1,2 milhão. Por isso, vamos, depois de um enorme debate nesta tarde, votar, com certeza, favoravelmente ao projeto de lei para ele voltar ao direito do cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na realidade, com este projeto nós estamos e vamos recolocar as coisas nos devidos lugares; errou a Câmara e errou o governo em relação ao passe livre no dia da eleição. Eu estou lendo as emendas que apresentaram que eu ainda tenho dúvidas, se juridicamente pode por que tem um precedente de que vereador não pode propor isenção, que só o Executivo que pode fazer, mas isso é uma outra

discussão. O que me traz aqui é uma emenda que passa para os empresários assumirem esse valor do passe livre porque os empresários deveriam para Prefeitura. Eu quero esclarecer aqui, Ver. Matheus, que quem deve é a Prefeitura para os empresários, e sabe por quê? Porque, quando o PT fez a intervenção nos ônibus, gerou prejuízo para a Prefeitura, e a justiça foi que definiu isso, de R\$ 300 milhões. E o PT nunca pagou e os empresários espertamente nunca executaram a dívida. Aí eu não sei se a passagem não custa o preço que custa hoje porque os empresários nunca executaram e o governo que estava nunca pagou para não passar para a sociedade a ideia de que realmente tinha errado ao fazer a intervenção. Na verdade, eu nunca fui contra a intervenção; a maneira como foi feita essa intervenção foi que não deu os resultados. E essa dívida só passou a ser paga no governo do Fogaça. Então quem deve, meu amigo Pedro Ruas, não são os empresários, é o governo que deve aos empresários em função de tudo isso que nós acompanhamos. E V. Exa., Ver. Pedro Ruas, que tem a melhor lei desta Casa, que é a Lei do Troco, que V. Exa. implementou, em se falando em transporte coletivo. Então, eu sou favorável ao projeto, ao passe livre. Vou repetir aqui, vou usar um jargão popular: a Câmara chupou bala e o governo chupou bala. “Ah, por que custa R\$ 1,2 milhões...” Mas a democracia custa caro! Isso aí não é custo; é investimento. Um milhão e duzentos mil reais para que todas as pessoas possam votar, isso é um investimento! Eu não entendo como custo. Então, eu só queria dizer que essa emenda está prejudicada porque os empresários não devem, é a Prefeitura que deve para os empresários. E aí eu quero saber, depois, da Procuradoria, antes que se votem as emendas, Presidente Cecchim, se não tem esse princípio constitucional de que nós, vereadores, não podemos propor isenção. Porque, se pudéssemos propor isenção, nós todos proporíamos isenções de acordo com os nossos interesses políticos e partidários. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente Idenir Cecchim, que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra pela TVCâmara e pela presença; este é um projeto óbvio, Ver.^a Mônica Leal, Ver. João Bosco Vaz. Óbvio. É um projeto elementar que deveria, desde o início, ter acontecido, e teria, por certo, a unanimidade dos votos da Casa. Teria. Tem emendas importantes, nós queremos – não é Ver. Radde? – que sejam aprovadas as nossas, mas é um projeto elementar e desde o início deveria ter ocorrido. Percebam bem o que aconteceu nesses últimos dias aqui em Porto Alegre: há uma proibição, ou uma falta de permissão legal para o passe livre, depois de projeto do prefeito extinguindo esse direito, e é uma necessidade de que a população exerça seu direito ao voto. Uma campanha, vereadoras e vereadores, nacional, do TSE, do TRE: “Não deixe de votar”, pessoas idosas dando seu depoimento, seu testemunho de que vão votar, com mais de 80 anos, 70 anos, mais

de 90 anos, jovens com 16 anos dizendo que vão votar pela primeira vez, enfim, uma campanha nacional pela democracia. Importante campanha, que fez muita diferença, por sinal. E aí, em Porto Alegre onde, historicamente, Ver. Oliboni, há 30 anos tivemos o passe livre, o prefeito não teve a sensibilidade, e foi alertado por nós, por mim e por V. Exa., antes do episódio do 1º turno, foi alertado, incluindo o vice-prefeito. Mas aí cria uma polêmica, uma celeuma, “e o interesse dos empresários – ele está sempre preocupado, não é, Ver. Matheus Gomes, com os interesses dos empresários –, como é que fica, e o custo”. Mas que custo? Disse aqui o Ver. João Bosco Vaz, com razão: “A democracia não tem preço, não tem custo”. Ora, o que foram as propagandas, o que foi o investimento governamental não de governo federal, de Executivo, mas do poder Judiciário. Olha o que é o trabalho de todos e de todas nesse sentido! Aí o prefeito criou uma polêmica: “Eu dou o passe livre, mas eu tiro da Festa dos Navegantes”. Mas o que é isso? Que mesquinaria! Que rebaixamento do debate com uma chantagem sobre nós, chantageando a nós, vereadores e vereadoras de oposição, diretamente. Eu fui vencido pela opinião pública, a opinião pública pegou pesado, a imprensa refletiu isso, nós fizemos o nosso papel, evidentemente, exigindo esse passe livre. Porque não há condições de que pessoas com poucas condições financeiras, e são a maioria, se desloquem pagando passagem, pagando tarifa no transporte coletivo para poder exercer o seu direito a voto. É mais fácil não votar! E eu não estou dizendo – vejam bem, isso é importante porque o prefeito não entende bem as coisas – que ele não queria que as pessoas votassem, eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo que ele não teve sensibilidade para perceber que sem o passe livre era impossível para várias famílias exercerem este direito constitucional, esta obrigação cidadã. Ele não teve essa sensibilidade, e foi muito criticado, e agora ele manda um projeto que será aprovado, é evidente, queremos as emendas, óbvio, que apresentamos, mas haverá aprovação. Mas neste meio-tempo, o prefeito não gostando, Ver. Mateus, da repercussão da sua posição dúbia, dúbia, que deu margem até de as pessoas imaginarem “puxa ele não quer que voltem”, eu pensei nisso. Eu pensei, e aqui concluo, é que ele estava em dúvida porque achava que prejudicaria empresários. Ora, tem que prestigiar a democracia, tem que prestigiar o direito de as pessoas poderem exercer a sua obrigação cidadã, o voto. E agora, no 2º turno, não fosse a atrapalhação do prefeito, nós já teríamos isso aprovado desde antes do 1º turno. É claro, votaremos a favor e queremos aprovação das emendas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde população que nos assistiu pela TV Câmara, hoje estamos fazendo justiça com a população de Porto Alegre. Quando discutimos esse projeto das isenções, no final de 2021, o Partido dos Trabalhadores, todo bloco da

oposição foi derrotado. E como já foi dito aqui, nós alertávamos a Prefeitura sobre esta situação que envolvia principalmente o dia das eleições. Os nossos apelos não foram escutados e somente após uma pressão popular, um desgaste da Prefeitura junto à opinião popular, é que este projeto foi enviado para Câmara. Isso deveria ter sido feito antes, não de forma reativa. E o pior, num primeiro momento, a Prefeitura ainda tentou sustentar o argumento de que era inviável o passe livre no dia das eleições e, quando viu que a proporção da mobilização popular transbordou as redes sociais, começou um desgaste direto do prefeito Sebastião Melo, ele ainda tentou argumentar junto aos órgãos competentes, que o acionaram judicialmente, restringir o acesso ao passe livre. Mais uma vez foi derrotado, então percebeu que era um equívoco permanecer naquela sua posição. Nós, da bancada de oposição, do Partido dos Trabalhadores, permanecemos sempre debatendo, defendendo essa causa. É injusto, é cínico e não tem qualquer tipo de fundamento o prefeito vir aqui na nossa Casa e dizer que nós não tínhamos feito absolutamente nada, que somente há poucos dias das eleições nós trouxemos a pauta das isenções, que nós não acionamos judicialmente. Isso é uma inverdade, uma inverdade absoluta, mas, felizmente, a população de Porto Alegre compreendeu aquilo que nós já dizíamos no final de 2021, e assim temos aqui a possibilidade de alterar esse passe livre no dia das eleições. Causa-me surpresa que, infelizmente, o prefeito Sebastião Melo tenha se alinhado tanto com essa lógica bolsonarista, com essa lógica autoritária, com essa lógica que inclusive o Bolsonaro tem de também tentar fazer com que não aconteça o passe livre no Brasil, e ele foi lá e defendeu essa tese também. Nós defendemos a democracia, defendemos a participação popular, defendemos que as pessoas que não têm recursos possam ir até a urna votar, justamente para alterar a realidade deste País, já que temos, pela primeira vez na história, um presidente que sai da sua administração sem qualquer tipo de reposição do salário mínimo, com a inflação acumulada gigantesca durante esse período, e que prejudica principalmente as pessoas que mais precisam. São 33 milhões de brasileiros que passam fome neste País e por isso o passe livre é tão importante, por isso a participação das periferias na decisão se faz cada dia mais relevante, e nós temos certeza que esta lei vai trazer mais participação, mais democracia e vai ao encontro dos anseios de toda a população de Porto Alegre e do Brasil inteiro, que também clama pelo passe livre no dia das eleições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra discutir o PLCE n° 014/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, subo à tribuna também para contribuir nesta discussão em relação ao passe livre. Eu estava me deslocando aqui para a Câmara de Vereadores e cheguei a ouvir um pouco da

fala do Ver. Bosco, e a gente não está tratando das dívidas lá do tempo do Epa, quando teve essa intervenção do PT nas empresas de ônibus. Nós estamos tratando de uma licitação que foi feita em 2015, graças a uma ocupação de Câmara de Vereadores que enquadrou a massa do transporte na cidade, ou seja, com muita luta da população, nós conseguimos impor um processo de licitação às atuais empresas de ônibus. Aquele contrato, firmado em 2015, nunca foi respeitado por parte das empresas. Uma das cláusulas daquele contrato tratava da CCT, a Câmara de Composição Tarifária, que, inclusive, aqui na Câmara de Vereadores, votamos pela sua extinção. Esses 3% que foi arrecadado da tarifa, ou seja, quem pagava essa taxa era o usuário do transporte quando pagava na roleta o transporte, essa taxa deveria ser revertida para um Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, um fundo que seria composto pelas receitas extratarifárias, pelas multas do contrato não cumprido, pelos recursos da publicidade. Esse fundo, essa conta pública, nunca foi criada, o que também é outra grande contradição desse processo todo, porque a gente discute uma crise sem ter dimensão de quanto hoje as empresas de ônibus arrecadam, a gente não consegue ter controle e ter gestão pública e transparente desses recursos. E, por contrato de licitação, deveria estar ocorrendo isso desde 2015 e ainda não está ocorrendo; ainda a Prefeitura de Porto Alegre, dois anos de governo Melo, empurra isso com a barriga. E agora vem colocar a conta do passe livre em dia de eleição que é um direito do porto-alegrense, nas costas dos mais pobres e nas costas da oposição. Não vamos aceitar. Tem recurso. Não é de hoje que nós apontamos, por indicação ao Executivo, a necessidade de articular, junto com as outras prefeituras, subsídio do governo federal. Está equivocado somente o usuário do transporte arcar com todos os custos da mobilidade por transporte coletivo. Está errado! É um equívoco! Essa articulação precisa ser feita, não é de hoje que nós apontamos isso, é desde a época do governo Marchezan, mas não adianta ter subsídio do governo federal, se a gente não tem controle, se a gente não tem transparência, se a gente não tem gestão do serviço que é prestado hoje para Porto Alegre. As contas do transporte coletivo ainda são uma caixa-preta, a qualidade que está sendo apresentada para a população é uma porcaria. Falaram que iam retirar o cobrador de ônibus para qualificar o transporte, isso não aconteceu. Reduziram linhas na pandemia, tiraram a obrigatoriedade dos cobradores, permitiram a privatização da Carris, e a situação do transporte só piora. Não há uma regulação dos aplicativos, não tem iniciativa por parte do governo para também tratar do que significa a disputa do transporte individual com transporte coletivo, não há iniciativa no sentido de qualificar e obrigar as empresas a cumprirem aquilo que está dentro do contrato previsto atualmente, não há iniciativa no sentido de abrir um novo processo de licitação para quebrar esse monopólio que existe hoje dessas empresas que se organizam e fazem um cartel e oferecem um serviço ruim para população. Ou seja, tem dinheiro, tem dívidas que estão ajuizadas, é dinheiro do povo de Porto Alegre que deveria ter sido revertido em qualidade de transporte e não foi. Então é desses recursos que nós estamos propondo que se custeie o passe livre em dia de eleição, em dia de vacinação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Ver.^a Mônica, que preside a sessão nesta tarde; boa tarde aos colegas vereadores e colegas vereadores; para mim, fica evidente não só pela cena da vinda do prefeito ao trazer esse projeto, assim como pelo projeto em si, nítida, a não vontade da atual gestão de poder viabilizar o passe livre nas eleições. Vejam bem, fica muito nítido que nós temos inclusive duas visões do que é a participação democrática. Um projeto que restringe a participação das pessoas com direito à cidade, com acesso ao transporte em dias de eleições, nos pleitos que são obrigatórios, portanto, isso exclui, por exemplo, as eleições dos conselhos tutelares, um espaço institucional de representação muito importante, fundamental na garantia do direito das crianças e dos adolescentes que tem uma participação, o processo no seu pleito é facultativo, mas que tem um papel fundamental no sentido da garantia de direitos, e que são escolhidos através da votação popular. Todos nós aqui, que somos vereadores e vereadoras, sabemos da dificuldade que é garantir com que as pessoas entendam a importância dos conselhos tutelares e participem do processo de escolha desses e dessas que serão conselheiros pela nossa cidade e que cuidarão das crianças da nossa cidade, da garantia dos seus direitos ao longo de três anos, eu acho que é, o período de gestão. Então, veja bem, a visão imputada nesse projeto mostra uma visão pouco democrática da cidade. Assim como tem o tema dos conselhos tutelares, também tem a questão dos plebiscitos, garantidos no art.14º da Constituição. Mas veja bem, uma cidade como a nossa, que tem uma tradição da participação popular na construção das suas decisões, semana passada inclusive o prefeito foi aos jornais falar sobre o tema das concessões de parques e praças, falar que pretende ter um espaço de escuta da população, onde, obviamente, nós acreditamos que o processo de escuta mais democrático de debates que são estruturais, seria um processo plebiscitário, onde as pessoas pudessem acessar esses espaços, pudessem ouvir de uma maneira mais ampla a sociedade, eles também não estão previstos neste projeto. Então, é muito importante que a gente consiga pensar este processo da participação, considerando, de uma maneira mais ampla, a garantia dos processos democráticos que estão previstos na estruturação do debate público na nossa cidade. Fica implícito, portanto, para mim, a pouca vontade de poder concretizar a garantia do passe livre e, simplesmente estão respondendo a uma demanda colocada através da manifestação da maioria da cidade, que foi contrária à retirada do passe livre, que entendeu a postura do prefeito quando esteve aqui, esta semana, com uma postura de alguém que está agindo contra a sua vontade, deixou muito explícito isso, e que não quer encarar, de fato, os dilemas do transporte público. Todas as soluções que a atual gestão trouxe para esta Casa para debate como sendo formas de resolver o tema do alto valor do transporte, que seja a retirada das isenções, seja a extinção dos cobradores e cobradoras, assim como tantas outras ações que, de fato, incidiram muito pouco sobre o problema do transporte e não fizeram ainda que Porto Alegre não tem aumentado ainda mais o valor da passagem e mantenha a nossa passagem como uma das mais caras do Brasil. Então, para nós, é muito importante que

se garanta o passe livre em todos os processos democráticos da cidade, assim como outro elemento para nós é muito importante, que se garanta a presença de todos os horários dos transportes nos dias desses pleitos, que não haja uma redução de frota por conta de ser passe livre, por conta de ser um período eleitoral. Enfim, um pouco disso que a gente vem debatendo já não é de agora, que bom, quero agradecer a população de Porto Alegre que acompanha os debates aqui da Câmara, aos colegas jornalistas que fazem com que o nosso debate extrapole este plenário, porque é só quando ele extrapola este plenário, muitas vezes, que é capaz de sensibilizar os colegas vereadores em conseguir avançar um pouco mais numa garantia de direitos para a população. Porque o que é esta Casa aqui, infelizmente, faz tradicionalmente é retirar, no último período, direitos dos trabalhadores desta cidade e beneficiar apenas o grande empresariado da cidade. Então nós defendemos aqui o passe livre não só nas eleições obrigatórias, mas também a garantia da participação nas eleições de conselhos tutelares e referendos da cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, público que nos assiste através das plataformas digitais, pela TVCâmara, na nossa rádio, não existe forma mágica, como eu queria que a minhas dívidas, que são muitas, pudessem ficar numa caixa e seguir a vida daqui para frente e ainda dizer para meus credores que eles teriam que me pagar; eu devo, mas vocês têm que me pagar. A vida real é outra, a oposição agora vê que vai sair do bolso do usuário esse um milhão e 200.mil, e vem para cá com dermatologia dizendo que vamos tirar isso dos empresários que da qual nós devemos 40 milhões, da qual a cidade de Porto Alegre deve 40 milhões. E aí dizendo que vamos dar passagem para plebiscito, eleição do Conselho Tutelar. No último plebiscito que foi feito nesta cidade, participaram 22 mil pessoas e tinha transporte gratuito, 22 mil pessoas participaram do plebiscito e custou 500 mil aos cofres públicos. Quem nunca administrou uma carrocinha de cachorro-quente não sabe o que é tirar dinheiro do bolso, quem nunca administrou uma cidade tamanho de Porto Alegre que tem uma receita fixa e que já vai engessada em mais 50% dela, não sabe o que está falando. “Vamos dar passe livre na eleição do Conselho Tutelar!” Nós temos nesta Casa alguns membros que foram do Conselho Tutelar: Ver. José Freitas e vários outros; agora vai assumir um conselheiro tutelar aqui na bancada do PSDB. Só que só votaram na eleição do Conselho Tutelar 45 mil pessoas. Quem paga a conta desses 22 mil? O povo de Porto Alegre que usa o Sistema Único, que quer uma escola, que quer uma creche funcionando. Quem paga a conta desses 45 mil? Quem quer uma creche, quem quer uma cirurgia, quem precisa ir a um hospital. Fazer discurso de oposição, já falei aqui, é fácil, é a melhor coisa do mundo, é barbada. Você joga e pronto.

Vamos ao que interessa. Essas eleições no 1º turno custaram aos cofres públicos, ao povo, R\$ 1 bilhão 344 milhões 833 mil, as urnas – o mesário não ganha nada –, o *software*, os espaços de TV que são comprados. Custou R\$ 1 bilhão. No dia seguinte, não vi ninguém dizendo, Lewandowski, ou seja lá quem for o ministro que cuida disso, “Ministro, inclua o valor da passagem”. Já falei, na semana passada, todos aqui têm cadeira no Congresso Nacional, ninguém se preocupou com isso, não só em Porto Alegre, mas o eleitor de Caxias também quer votar; o eleitor de Santa Maria também quer votar; o de Vitória, do Espírito Santo; o eleitor de Salvador, na Bahia. As pessoas querem votar. Partindo disso, não teríamos essa abstenção em Porto Alegre, que chegou a 22%, e tinha transporte.

E pasmem, os partidos políticos, inclusive o meu, detiveram R\$ 4,900 bilhões para as eleições. Ninguém também falou “Pega uma parte disso, custeia o sistema de transporte.” Quem vai puxar as eleições, domingo, dia 30, é a senhora e o senhor que hoje foram lá para UPA buscar atendimento, é a senhora e o senhor que estão na fila buscando uma escola para os seus filhos, porque nós estamos tirando do cofre da Prefeitura R\$ 1,200 milhão para custear a passagem para todo mundo em Porto Alegre. E ainda querem mais, querem custear a passagem do Conselho Tutelar, de plebiscito, de uma série de coisas. O povo tem que votar e esperamos que essa nova composição do Congresso Nacional coloque lá que no dia das eleições o governo vai subsidiar as eleições. Se a eleição é obrigatória, o transporte das pessoas também tem que ser gratuito, mas dado pela União que detém, de cada R\$ 100,00 arrecadados na cidade de Porto Alegre, R\$ 62,00 vão para União. Aí nós temos que tirar das creches, nós temos que tirar da atenção à saúde, do centro de referência e diagnóstico do autismo, nós temos que tirar das escolas, dinheiro para custear a passagem de uma abstenção de 22%. A lei está aqui, nós vamos dar o direito às pessoas de votarem nesse domingo, e não vai ser por falta de transporte que as pessoas não irão votar. Agora, a demagogia também está aqui. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde colegas, público que nos assiste; Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, eu fiz questão de me inscrever para falar para especialmente condenar a demagogia eleitoral que nós estamos vendo aqui desde a véspera do 1º turno. Demagogia eleitoral! Foi isso que nós vimos, na véspera da eleição fizeram o uso de uma pauta social para alavancar candidaturas da oposição nestas eleições. Foi isso que nós vimos e que infelizmente muita gente deixou a racionalidade de lado e abraçou emocionalmente uma pauta que a bancada do NOVO fez o estudo e conferiu que não procede. A bancada do NOVO de Porto Alegre foi atrás de quais cidades tem passe livre e qual foi a presença nas urnas versus que cidades que não tem passe livre e qual foi a presença nas urnas naquelas

idades. O que nós concluímos foi que as cidades que não tinham passe livre tiveram maior presença de eleitor nas urnas do que as cidades que concederam o passe livre, o que desmancha a primeira mentira eleitoral da oposição, que fez isso na véspera da eleição, dizendo que a base do governo e o prefeito Melo não queriam deixar pobre votar. Mentira! Tanto é mentira, aliás, que o TSE manda urna numa canoa pelo rio Amazonas para a população ribeirinha poder votar. Mais de 95% das pessoas moram a uma distância a pé do seu lugar eleitoral, e podem mudar seu domicílio eleitoral a qualquer tempo antes da eleição, nos prazos cabíveis para fazer isso. Portanto, o sistema eleitoral brasileiro garante o direito ao voto, mas aqui, para bancada de oposição, de olho na eleição que vinha dias depois, começou-se uma história de “ah, o bolsonarismo”, “ah, os vereadores de Porto Alegre não querem deixar o pobre votar”, ignoraram os fatos e as evidências. Na hora que a ciência importa, esquece a ciência; a matemática, esquece a matemática, vão fazer política. E é eleitoreira, mais uma vez, esta posição que a gente está vendo discutir aqui. Deve-se garantir passe livre nas eleições? Se deve, deve ser para quem precisa e não de maneira unilateral. Aliás, quem paga esta conta? Quando a gente garante de maneira universal o passe livre, nós estamos fazendo com que o trabalhador autônomo, desempregado ou população que paga tarifa cheia tenham que pagar mais por isso, ou sai do cofre público uma fatia maior, que deixa de estar em serviço, deixa de virar merenda, deixa de virar remédio, deixa de virar asfalto, capina, para virar demagogia eleitoreira da oposição. Não muda – e é isso que está concluído, pelo estudo – a presença nas urnas o passe livre. Aliás, tanto é populista e demagógica a posição que as prefeituras governadas pelos partidos da oposição, até esta eleição, não concediam passe livre. O próprio prefeito Ary Vanazzi, de São Leopoldo, do PT, resolveu aderir este ano. Por quê? Virou pauta política. Virou pauta para ganhar atenção da imprensa e fazer voto na véspera da eleição, Presidente Mônica.

Portanto, o prefeito Mello, a base do governo e vereadores independentes que votaram esse projeto em 2021, que virou agora celeuma na véspera da eleição, estavam certos e protegeram o trabalhador que paga tarifa cheia de poder pagar uma tarifa para menor, Ver.^a Cláudia. Foram os vereadores, efetivamente, preocupados com essa condição; o resto é pura demagogia da oposição. Por isso que a bancada do NOVO colocou uma emenda para garantir que apenas quem tem a renda baixa e precisa do passe livre tenha esse direito garantido – isso é muito simples de verificar, basta inscrição no CadÚnico, que já é gerado por todas as famílias. É isso, muito obrigado pela atenção de todos e um ótimo debate no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Leonel Radde e Laura Sito, ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 014/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Pedro Ruas, da Ver.^a Karen Santos, do Ver. Matheus Gomes e do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 014/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Matheus Gomes, ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLCE nº 014/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Matheus Gomes, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 04 ao PLCE nº 014/22.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 014/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 05 ao PLCE nº 014/22.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e da Ver.^a Karen Santos, ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLCE nº 014/22 à apreciação das

comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 06 ao PLCE nº 014/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mônica que preside os trabalhos, quero cumprimentar as vereadoras e os vereadores presentes, o público que nos assiste e dizer, primeiramente, que a votação deste projeto hoje é produto de uma vitória popular. Foi dessa forma que nós compreendemos o envio, por parte da Prefeitura, de um projeto que institui novamente o passe livre nos domingos de eleições na cidade de Porto Alegre. Isso é uma vitória popular porque a cidade de Porto Alegre se manifestou contra a retirada desse direito e agora conquista novamente algo que é exemplo nacional de garantia de acesso a transporte público. Nesse sentido, nós vimos aqui na segunda-feira uma demonstração de que o prefeito Sebastião Melo não é um bom perdedor porque decidiu subir à tribuna da Câmara de Vereadores para fazer uma fala agressiva, não trazer nenhuma proposta para o debate sobre o transporte público da cidade de Porto Alegre e ainda proferir uma série de mentiras sobre a oposição. Fez isso, virou as costas e foi embora para fugir do debate e não ouvir algumas verdades. Eu fico impressionado que o prefeito tenha tomado essa atitude e ainda tirado do horário de trabalho uma série de secretários do Município de Porto Alegre, talvez algumas dezenas de cargo de confiança simplesmente para aplaudirem o showzinho que ele deu aqui na tribuna. É um absurdo isso! Agora, a verdade que precisa ser dita é que a Prefeitura ao tomar uma decisão, às vésperas da eleição, de não garantir o passe livre porque se a obrigatoriedade tinha sido retirada na lei do ano passado, não impediria que essa tradição continuasse na cidade de Porto Alegre. Ao tomar essa atitude, o prefeito Sebastião Melo tumultuou o processo eleitoral, gerou ainda mais crise numa situação que já é dramática no nosso País, em que há desconfiança sobre o que acontece no âmbito político, propagada por lideranças que não deveriam estar fazendo isso. O prefeito contribuiu para que existisse esse tumulto e passou uma vergonha nacional. Isso aconteceu, foi um fato por todo o Brasil que teve impacto reverso. Isso também é produto de uma vitória popular, porque, a partir daí, várias cidades em que antes nunca tinha acontecido passe livre na eleição adotaram essa medida porque viram nela um potencial de aumentar a possibilidade da participação no pleito. Nós, diante desse fato, temos um prefeito que não consegue reconhecer os seus erros, insistiu aqui na tribuna, o Melo propôs, sim, algo que iria criar uma segregação social e racial no domingo. Onde é que já se viu dizer que quem não tem dinheiro, além de ter que comprovar a situação de pobreza, não pode passar na roleta, iria ficar na parte da frente. Se fosse alguns anos atrás, décadas, quando se entrava por trás no ônibus,

tinha mais espaço, talvez até fizesse algum sentido; mas hoje não. A entrada é restrita no menor espaço físico dos ônibus. E o prefeito queria que a população, sem condição de acessar o transporte naquele dia, se concentrasse ali, espremida, numa situação vexatória, numa condição humilhante. Além disso, mostrou mais uma vez o desrespeito que tem pela categoria rodoviária, porque queria obrigar motoristas e cobradores a um desvio de função absurdo, cumprir papel de assistente social, de ter que verificar quem tem ou quem não tem condição. Ia criar um caos na cidade de Porto Alegre, no domingo. Um caos! Felizmente, a justiça, na nossa cidade, ao decretar o passe livre irrestrito, garantiu não apenas um direito constitucional, mas garantiu as liberdades democráticas para a população de Porto Alegre, e isso é fundamental. Nesse sentido, nós temos que fazer aqui, como parte do Legislativo Municipal, um reconhecimento à importância do trabalho da Defensoria Pública. O prefeito agrediu a Defensoria Pública na última segunda-feira, não sabe o que se passa com as defensoras e defensores por todo o Estado do Rio Grande do Sul, que, neste momento, enfrentam restrições orçamentárias, uma dificuldade muito grande no seu quadro de servidores, concursos que não acontecem há anos, e por isso têm dificuldade, muitas vezes, de atender a demanda que não para de crescer na nossa cidade. Para concluir, esta certamente foi a primeira de outras derrotas que o prefeito Sebastião Melo vai sofrer com o seu plano privatista e que está degradando as condições do transporte público de Porto Alegre, e isso nos traz outros direitos que foram retirados e que precisam ser retomados urgentemente, como a gratuidade para idosos, o meio passe para os estudantes e transporte de qualidade na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu queria parabenizar o Ver. Matheus Gomes, pois ele trouxe esse debate na semana da eleição e conseguiu se eleger justamente defendendo esta pauta. Infelizmente, conseguiu fazer isso mentindo para algumas pessoas. Infelizmente as pessoas não têm tempo de acompanhar o que acontece na Câmara de Vereadores, então elas engolem a informação que recebem. E nós vimos uma grande simbiose da esquerda porto-alegrense com os meios de comunicação, onde aquilo que foi colocado por eles parecia uma verdade irrefutável e, na verdade, infelizmente, não condizia com a verdade. Eu queria trazer aqui algumas discussões que nós construímos naquela ocasião e lembrar como cada vereador votou e no que votou naquele momento. Teve a reforma da mobilidade na cidade de Porto Alegre que reviu algumas invenções, sim, e o que que ela trouxe de novidade para o Município de Porto Alegre? Uma coisa que nunca existiu: gratuidade de 100% para o transporte público das crianças do ensino fundamental da cidade de Porto Alegre com renda *per capita* até R\$ 1.600,00 na sua família. Qual é o custo dessa passagem grátis? São R\$ 25 milhões dados pelo Município de Porto Alegre

para arcar com o custo da passagem gratuita dos estudantes. Só que, quando a Prefeitura acaba concedendo algumas isenções, como por exemplo 100% de isenção para as crianças do ensino fundamental da cidade de Porto Alegre; 75% de isenção para o ensino fundamental, sendo que antes era 50%; e 50% para o nível superior, isso gera um custo para o Município, e obviamente, para arcar com a passagem gratuita dos estudantes ensino fundamental foi necessário rever outras isenções. Daí a gente consegue ver qual é a prioridade de alguns que falam em se preocupar com o transporte do pobre. O que é mais importante para a cidade? Todas as crianças do ensino fundamental da cidade de Porto Alegre com renda até R\$ 1.600,00 podendo andar de graça todos os dias, ou passagem para fazer político conseguir se eleger? O que é mais importante para a esquerda porto-alegrense? Eles acham que é mais importante passagem gratuita para que eles possam se eleger, não passagem gratuita para as crianças do ensino fundamental que agora, graças a este projeto que nós aprovamos, podem andar de graça na cidade de Porto Alegre. É óbvio que eles preferem a eleição, porque eles se elegeram em função disso, mas eu faço uma reflexão aqui com vocês: o orçamento do Município hoje tem como recurso livre por ano R\$ 900 milhões na cidade de Porto Alegre. Quanto custa somente a isenção que nós vamos aprovar hoje aqui na cidade de Porto Alegre? Três por cento do orçamento livre da cidade, R\$ 3 milhões, aproximadamente – R\$ 2,8 milhões -, por conta de uma eleição. Será que 3% dos recursos da cidade deste ano vão ser mais bem aplicados para ir votar no Lula ou no Bolsonaro, ou seriam mais bem aplicados garantindo outras vantagens para a cidade, como infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança? Eu entendo que seria mais bem utilizado de outra forma, mas foi utilizado de maneira politiqueira infelizmente, e tenho que parabenizar, foi usado de maneira oportunista. Mas conseguiu seu intento, metade dos vereadores que estão aqui hoje se elegeram por conta disso. Mas a discussão sobre o orçamento do Município é muito mais profunda do que um mero dia de isenção. Vocês esqueceram, vocês votaram contra o projeto no passado, votaram contra as crianças andarem de graça no transporte público da cidade Porto Alegre. E isso ninguém fala, porque existe essa simbiose entre a esquerda porto-alegrense e os meios de comunicação aqui da cidade. Queria só trazer essa verdade porque aqueles que foram prejudicados com aquela fala, naquele momento, na verdade têm que sentir orgulho porque votaram para as crianças poderem andar em transporte público da cidade de Porto Alegre, gratuitamente, todos os dias para o colégio. E quem não leu o projeto não vai obviamente saber. Por isso foi usada de maneira politiqueira e colou essa mentira na cidade. Óbvio que, se nós tivéssemos um orçamento infinito, nós poderíamos, inclusive, dar passagem gratuita para todas as pessoas, todos os dias. Quanto custaria isso? Seriam R\$ 700 milhões por ano. Por que nós não damos passagem de graça para cidade, para as pessoas que usam o transporte pela cidade? Porque não tem dinheiro, simplesmente, é isso.

E a nossa função, como Prefeitura e Câmara Municipal, é escolher onde nós vamos gastar o dinheiro da cidade.

E hoje estamos escolhendo gastar 3% no nosso orçamento para fazer as pessoas poderem votar em Lula e Bolsonaro. Claro que seria melhor utilizado em outro lugar, mas infelizmente a politicagem acabou ganhando.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero, mesmo que rapidamente, manifestar a minha posição já antecipada anteriormente sobre esse assunto. Primeiro, o prefeito: há uma lei que diz que isenção é só para o dia da procissão da Nossa Senhora dos Navegantes e dia de vacina – isso é o que está na lei. O prefeito tem que cumprir a lei, não interessa se alguém votou contra ou a favor, lei é lei, e a lei dizia isso, e o prefeito tinha que cumprir a lei. Eu queria aproveitar este momento para tratar esse assunto talvez com maior rigor ou maior profundidade. Os argumentos aqui elencados são de que isso é uma preocupação com os pobres, que o que motiva essa decisão do passe livre são os pobres. Bom, se a preocupação fosse realmente os pobres, eu diria que com esse R\$ 1,25 milhão que será destinado não aos pobres, mas de forma universal para toda a população de Porto Alegre, e mais do que isso, para as empresas de ônibus, independentemente se, nesse dia, mil pessoas, 10 mil pessoas ou 500 mil pessoas utilizarem o passe livre. Então nós estamos dando, sim, R\$ 1,25 milhão para as empresas de Porto Alegre, não para os pobres. E se nós, realmente estivéssemos preocupados com os pobres, eu diria que esse dinheiro seria muito melhor aplicado, por exemplo, com esse valor, se nós destinássemos à habitação popular, daria para construir, em um cálculo rápido, 25 moradias. Para quem não tem casa, 25, talvez, para a carência que tem o nosso país e Porto Alegre, não é nada. Mas de 25 em 25 moradias, pode-se resolver esse problema que é uma chaga social gravíssima. Mais ainda, essa decisão é discriminatória, porque aquele cidadão que é natural da região mais pobre do Rio Grande do Sul, aquele imigrante miserável que algum tempo atrás veio para Porto Alegre ou para Caxias, ou Novo Hamburgo, a grande Porto Alegre, em busca de oportunidade de trabalho, por que não dar também a esse cidadão o passe livre estadual, intermunicipal? Por que só os cidadãos de Porto Alegre vão receber esse benefício? E não todos os gaúchos, àqueles que imigraram no passado e que mantém ainda os seus vínculos com a sua terra natal. Mais ainda, a lei que foi aprovada por esta Casa fala isenção para o Dia da Nossa Senhora dos Navegantes e para vacina; eu me pergunto: por que Nossa Senhora dos Navegantes? Sim, a padroeira do Brasil é a Nossa Senhora Aparecida – foi ontem. Por que não aqui - nesta Casa tem evangélicos, quatro ou cinco evangélicos - o dia Primeiro de Maio que é o dia do Caminhar para o Cristo? Por que não o dia em que se comemora o nascimento do Allan Kardec? Por que não, Ver. Janta, um dia especial para os umbandistas? E etc, etc. Então, se o Estado é laico, como é que pode a Prefeitura de Porto Alegre destinar a uma só religião e aos adeptos daquela

religião o passe livre? Não estou contestando nada, eu só estou querendo indagar sobre essa lei que precisa, realmente, ser profundamente modificada. Não nesta visão eleitoreira, demagógica, pré-eleitoral, quando alguns acham que ter passe livre vai beneficiar este ou aquele candidato. Se nós, realmente, quiséssemos resolver este assunto, por exemplo, a multa para quem não vota é um valor menor do que a passagem de ônibus de Porto Alegre. Então, se o Tribunal Eleitoral quer realmente reduzir a abstenção, façam um esforço para que cada um transfira o seu título para próximo da sua moradia, para a cidade onde trabalha. Isso não tem nexos, não tem fundamento, isso é uma tolice, isso é uma bobagem. Isso é uma demagogia que tentam fazer com os pobres de Porto Alegre que não serão os destinatários dessa pretensa preocupação, porque aquilo que é para pobre sempre é efêmero, sempre é circunstancial, sempre é pré-eleitoral. Eu estou falando aqui que, com R\$ 1,25 milhão podem-se construir 25 moradias para a população carente de Porto Alegre, tal é o desperdício, querida Presidente. E para concluir, me chama atenção aquele trabalhador desempregado que vive lá na Restinga e que precisa ser hospitalizado no Hospital Conceição, esse não tem dinheiro para pagar passagem, mas não vejo ninguém aqui preocupado com esse cidadão desempregado, pobre, carente, doente e que vai ter que pagar a passagem do seu ônibus. Então, estamos aqui fantasiando, sim, Sra. Presidente, e eu gostaria de continuar essa discussão, aprofundando-a, porque nós não estamos aqui discutindo democracia, nem sequer estamos revelando preocupação com os pobres, estamos, sim, preocupados com o interesse eleitoral deste ou daquele partido para esta eleição. E é por isso que eu me rebelo e, com manifestação do meu protesto já consignado recentemente, quero dizer que vou votar contra esse passe livre, vou votar contra numa afirmação da minha contrariedade e certamente a contrariedade da população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, colegas parlamentares; o mundo não gira, capota e capotou agora há pouco tempo. Inclusive, o barulho foi tão grande que o prefeito saiu correndo daqui. Fez errado, no ano passado, ele e toda a sua base, tirar o direito sagrado do nosso povo sofrido, pelo menos de ir votar, decidirem quem vai votar; não, para eles é só quem desce do carrão que tem que votar, de preferência com aquela bandeirinha peculiar. Não, vocês aprenderam do pior jeito, da pior forma o que é o gosto amargo da revolta democrática popular, do povo decidindo quem vai e quem fica, e eu não preciso mencionar nomes aqui, não preciso. Mas tem gente que vem para cá, para esta tribuna e diz o seguinte: “Olha, o trabalhador sofrido, desempregado, não tem vale-transporte”. Mas a caneta está na mão do seu prefeito, não é do meu, é o seu prefeito não dá vale-transporte para o desempregado procurar emprego. O que é isso, que moral é essa das

peessoas virem para cá dizer que nós não defendemos? Eu defendi sempre nesta tribuna e vou continuar defendendo: tinha que ter um passe livre semanal nesta cidade para os desempregados. Uma vez por semana, ir e voltar de qualquer canto da cidade, entregando currículos, pedindo emprego. Aí vocês vêm aqui dizer, que um domingo, a cada dois anos, não pode, não deve, que é caro demais. Caro? Caro é isso aqui: R\$ 98 milhões direto para o caixa das empresas de transporte. Vocês não têm vergonha de virem aqui falar contra o vale, contra o passe livre? Noventa e oito milhões para CNPJs. Quando é para CPF, não. Do CPF vocês só querem o voto no dia da eleição. Não, vocês vão ter que engolir a democracia, vão ter que engolir o voto popular. E mais do isso, vieram reclamar aqui outros: “Não, não dei dinheiro para os mais pobres irem votar”, mas para dar R\$ 1,7 milhão para Havan, tinha o governo Melo querendo dar para a Havan, que é uma empresa que sonega impostos neste Brasil, amplamente divulgados em jornais. Vocês queriam dar R\$ 1,7 milhão para a Havan, não querem dar para o passe livre no dia da eleição. Vocês não têm vergonha! E tem outro que veio para cá falar que é 3% do orçamento da cidade. Mentiu na tribuna! Mentiu! O orçamento da cidade é R\$ 10 bilhões, não custa, não custa isso o passe livre. E outra, vieram aqui dizer: “Ah, por que os estudantes agora populares estão tendo acesso à escola?” Nós nunca tivemos uma taxa de evasão e abandono tão alta em Porto Alegre quanto esta que temos hoje por conta de que a classe média já não consegue mais deixar o seu filho na escola todos os dias, porque tem que pagar passagem integral e não tem dinheiro, ou bota comida na mesa, compra o livro, o caderno, o material, ou paga passagem escolar. Tem gente, se vocês não sabem, está tendo que pegar dois ônibus porque este prefeito e o anterior tiraram 39 linhas que abasteciam os morros e vilas, e o morador de morro e vila agora está tendo que pegar dois ônibus para ir, dois ônibus para voltar da escola. Vocês acham bonito? Na época de vocês, vocês acessaram a escola, aprenderam a ler e escrever, aprenderam a se candidatar a vereador, a prefeito e agora vocês não querem que a nossa juventude aprenda, tenha conhecimento, liberdade para ser o que quer ser, o que deseja e o que pode ser. Vocês vão continuar aprendendo na marra porque vocês não aprenderam até agora. E eu vou dizer mais, para a Fraport o prefeito queria dar R\$ 70 milhões, e vocês votaram, deram R\$ 70 milhões de isenção para empresa bilionária do aeroporto. Vocês têm que ter vergonha das coisas que vocês vêm para falar aqui, eu estou indignado, tem que ter vergonha, desrespeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, cumprimentando V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna também me manifestar, após a manifestação do líder da bancada, Ver. João Bosco Vaz, favorável ao projeto. Quero dizer que entendo que é oportuno e

importante o passe livre no dia da eleição, quero dizer que no ano passado, no contexto da imperiosa necessidade de redução de custo, pelo menos a manutenção do preço da passagem, alguns remédios foram propostos dentre eles a redução do passe livre. Se eu não me engano, nós tínhamos 12 dias de passe livre em Porto Alegre. Eu votei contra a retirada do passe livre na eleição, mas acho que foi acertado reduzir o passe livre. Acho que tínhamos um passe livre por mês. Praticamente estava em colapso o sistema de transporte coletivo em Porto Alegre, estávamos no fim do período da pandemia, o aplicativo, praticamente, bagunçando todo o sistema de transporte da cidade, não só o transporte coletivo, mas também o lotação, o táxi sofrendo bastante, e, na ocasião, teve a votação pela redução do passe livre, que acabou por valer o que hoje está em vigência. Se não me engano, acontecem nos dias de vacinação, que podem ser um, dois, três, quantos forem necessários, neste ano acho que já foram em dois dias, e no feriado de Nossa Senhora dos Navegantes. Para quem tinha 12, reduzimos para 2, mas votei contra porque achava que na eleição deveria permanecer, sim, o passe livre.

Entendo que, agora, quando o governo vem aqui e propõe que se mantenha o passe livre também nas eleições, no 1º e 2º turnos, nosso partido vai acompanhar, votaremos a favor. Acho que é uma decisão que contempla os anseios daqueles que tiveram um entendimento, defenderam o seu entendimento, e, hoje, tenho certeza, que a maioria vai votar, por unanimidade nesta Casa, o entendimento pelo passe livre na eleição. É um aperfeiçoamento da legislação, do debate. O debate foi duro, foi acalorado, tivemos posições que tinham entendimentos contrários, opiniões com entendimentos diversos foram defendidas aqui, mas, ao final, prevaleceu o entendimento de que, na eleição, de 1º e 2º turnos, teremos então o passe livre. Vamos acompanhar o projeto, vamos votar a favor do projeto.

Porto Alegre reestabelece o passe livre no dia da eleição, mantém o passe livre nos dias de vacinação, mantém o passe livre no feriado de Navegantes, e tenho certeza que a Câmara deve votar, por unanimidade, o projeto que hoje tramita na Casa. Então, quero acompanhar o líder da nossa bancada, Ver. João Bosco Vaz. Quero dizer que, realmente, nós precisamos ter uma atenção redobrada para a questão de um transporte público de qualidade, que possa atender, especialmente, nos horários em que as pessoas saem do seu emprego, do seu serviço. Já estivemos com algumas pautas específicas de atendimento, em determinadas comunidades houve muita redução do horário do ônibus no transporte coletivo, precisamos aprimorar essa questão. Essa é uma pauta que não está na Câmara, ela vem e volta para Câmara, nós vamos estar atentos, sabemos que quem mais precisa do transporte coletivo são as nossas comunidades dos extremos, o povo trabalhador, as pessoas humildes que andam de ônibus, temos que ter todo o respeito e todo o cuidado com essa pauta sim. Que bom que vamos chegar a bom termo hoje aqui, tenho certeza que votaremos por unidade, cem por cento, e o 1º e o 2º turnos, de hoje em diante, passam a ter passe livre também em Porto Alegre. Acho que foi bom o debate, por vezes até certamente acalorado, mas é assim que se constroem, se modelam as opiniões e se definem os rumos da cidade, em favor da cidade, em favor das pessoas, em favor de quem mais precisa. Votamos contra a extinção do passe livre na eleição e, hoje, se restabelece o passe livre nas eleições,

para 1º e 2º turnos. Encaminho favorável à aprovação do projeto, acompanhando o Ver. João Bosco Vaz, líder da nossa bancada. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidenta Mônica, público que nos assiste, colegas vereadores e vereadoras, eu venho nesta tribuna só para reafirmar uma posição que é favorável ao passe livre. Acho que muitos debates surgiram agora, e é importante isso, essa base se imobilizar e entender que é necessário olhar para a população com mais responsabilidade e respeito, principalmente responsabilidade dos seus atos. Nós, desde o primeiro momento, nós da bancada do PCdoB e toda a oposição, nos colocamos dispostas ao debate, a partir do momento em que apresentamos emenda. Não fomos ouvidos. E, isso, por quê? Porque não vai havia interesse, porque acharam que o povo definitivamente ia ficar alienado de tudo isso que estava acontecendo aqui dentro, Ver. Oliboni, mas que importante ver que esta foi uma vitória popular, que esta foi uma vitória do povo de Porto Alegre que se mobilizou, pressionou, tencionou e deu a resposta. Agora ficam questionando e colocando como se fosse demagógico algo que é real e que está na vida da população. Pois eu digo e reafirmo aqui: esta é uma postura que nós, desde o primeiro momento, assumimos, porque nós sabemos muito bem o lado de quem estamos, e aqueles que questionam que o investimento da saúde está afetado, que o investimento da educação está afetado, que a assistência social está afetada, pense então naqueles imóveis, em todos os terrenos que foram doados para a Melnick; façam isso, façam essa reflexão. Nós poderíamos estar utilizando esse valor para esse investimento. Ora, que é importante pensar isso, Ver. Jonas, isso me parece que não é interessante para um debate, pois aí, sim, fica a demagogia muito evidente para aqueles que sabem muito bem aonde deveriam ter mexido e que agora se sentiram – e se sentiram mesmo – muito ofendidos com a reação do povo, pois o povo não está mais alienado diante de tamanha forma absurda da gestão tanto do prefeito, que veio aqui e covardemente virou as costas, não ouviu aquilo que nós tínhamos a dizer, se colocou de forma covarde, retirando-se daqui. E sua base muito bem centrada e muito bem organizada, diante desses favorecimentos, que para nós e para a população nunca chegaram, se coloca agora nos atacando. Entendam vocês, população de Porto Alegre: esta é a Câmara de Vereadores que só se posiciona a partir do momento em que se sente acuada. Esses são os vereadores que reclamaram que estavam em *cards*, mas fizeram daquela votação algo demagógico; nós fomos nós. Nós sempre estivemos ao lado do povo. Nós nos colocamos à disposição para o debate. Nós ampliamos as possibilidades com emendas. Nós fizemos aquilo que deveria ser feito, aquilo que o poder que aqui a nós é incumbido cabe um debate ampliado, olhando para a democracia como parte principal desses questionamentos todos, que agora, depois que o povo – é bom ficar bem frisado aqui –, a população compreendeu que estava sendo

lesada; depois que a população se mobilizou nas ruas e nas redes, aí, sim, vêm e nos apontam. Nós somos 10, nunca esqueçam, nós somos só 10, neste universo de 36, que durante todo esse período está sendo atacado. Nós nos colocamos à disposição para esses debates e ampliamos. Mais uma vez digo e deixo registrado: não tenho medo algum de ser aqui atacada por aqueles que só compreenderam que saúde, educação, habitação e assistência social são prioridades agora. No momento em que estavam aí, iluminando o “Melnickstão”, como já está conhecido em Porto Alegre, ninguém se mobilizou. Tenham vergonha e assumam seus erros. Tenham respeito e responsabilidade com a população. Nós sabemos o lado que estamos; fizemos a defesa e continuamos aqui a favor do passe livre, porque é o mínimo que se pode ser apresentado para a população de Porto Alegre. O respeito e a responsabilidade devida para aquilo que é devido. E as questões dos investimentos nas áreas, como saúde, que muito foi debatido aqui, e educação devem ser feitas, mas não devem ser feitas no momento em que a população tenciona vocês. Isso é responsabilidade inclusive daquelas propostas de campanha que vocês apresentam tanto e, depois, não faz absolutamente nada!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Mônica, colegas vereadores, pois é, mais uma vez, nós vemos que no jogo de futebol, quando o Joãozinho está perdendo, ele pega a bola e vai embora. Normalmente tem acontecido isso aqui. Quando a minoria perde, entra na Justiça e fica chorando. Dessa vez não entrou na Justiça, aliás, não entrou na Justiça, no ano passado, quando a questão do passe livre, no dia da eleição, não foi votada favorável. Não entraram no passado, que engraçado, porque é costumeiro. A esquerda aqui adora entrar na Justiça, buscar em outro poder aquilo que não conseguiu através da sua eloquência, da sua justificativa, daquilo que realmente é realidade, mudar a votação. Aristóteles já falava que a demagogia é a corrupção da democracia, e nós estamos vendo isso hoje, infelizmente a democracia sendo rompida. Assim como, senhores, a tirania corresponde exatamente na permanência do poder pelo medo, e nós estamos vendo aqui grupos, um grupo de vereadores jovens querendo ganhar no grito. E eu me dei o trabalho de ler o que é demagogia, porque aqui eu vi outro dia vereadores chamando o nosso prefeito de mentiroso, de covarde, de que tinha uma má gestão, dizendo que era demagogo, mas a demagogia é uma forma de atuação política na qual existe um claro interesse em manipular – manipulação - a massa popular. E é o que a gente está vendo hoje, é o que a gente está vendo, o que nós vimos antes da eleição, uma manipulação da massa popular, incluindo promessas que provavelmente não serão ou não seriam atendidas, visando apenas a conquista do que do poder político, Ver. Alexandre Bobadra. E falta ética em vários vereadores aqui em ter uma noção correta do que é a boa política, porque, para o desempregado que precisa pegar um ônibus lá da Restinga ou lá do Rubem Berta para

vir aqui no Sine, no Centro da cidade, não tem o passe livre. Que engraçado, aqui a maioria venceu dizendo “não” ao passe livre no dia da eleição, não porque nós não queremos as pessoas votando? Queremos e queremos que muito mais outras pessoas devam exercer a sua cidadania através do voto, mas por que não passou, foi o entendimento. Houve audiências públicas, discussões, mas como eu falei, para variar, a esquerda caviar – caviar porque tem carrão com motorista, porque gasta muito combustível aqui, no ano passado nós vimos vereador do PT que gastou mais do que deveria no combustível. Que bonito vereador com carrão, com motorista pegando inclusive o seu casaco! E aí como é que fica, gente? Aliás, quero dizer que a bandeirinha, aquela que o Ver. Jonas falou aqui, é a bandeira do Brasil, a bandeira verde e amarela, que não vai ser nunca maculada por esses que se dizem dos pobres, por esses que adoram pular catraca, por esses que adoram fazer uma função no Centro da cidade queimando, colocando fogo em *containers* e tudo mais. Parabéns, parabéns à hipocrisia. Parabéns àqueles que têm um discurso e na teoria é outra coisa. E eu quero dizer que, felizmente, o povo está acordando. Eu quero sugerir, como foi sugerido na semana passada, vamos entregar R\$ 36 mil de cada emenda impositiva – eu sou a primeira, quero que venham! Quem são os vereadores que vão dar R\$ 36 mil da sua emenda impositiva para pagar um dia de passe livre no dia da eleição do dia 30 ou os próximos adiante? Tenho certeza de que serão somente os vereadores da direita e os independentes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Presidente, colegas vereadores da esquerda caviar, boa tarde! Bom, quero mandar um recado muito importante para os colegas vereadores da esquerda caviar, para os colegas da base e para os colegas independentes: eu vou destinar R\$ 36 mil das minhas emendas impositivas para ajudar a pagar o dia do passe livre da eleição. Sou favorável, sim, a que no dia da eleição nós tenhamos passe livre. Só fico triste porque a esquerda caviar, antiga esquerda ultraradical, esquerda caviar, cinco dias antes da eleição tenha feito um *card* com os vereadores da esquerda caviar, ultraradical, com ônibus da Carris, impulsionaram nas redes sociais, se aproveitaram desse fato para conseguir eleger alguns vereadores com mandato de deputados. Conseguiram! Isso porque fizeram curso de teatro no Wolf Maya ou tiveram uma boa base familiar. Não fiquem achando que os vereadores da esquerda caviar são humildes. Não! Vêm de famílias boas, têm recursos financeiros! Eles nem moram onde eles fazem votos, mas eles dão migué, vão lá de bicicleta fazer voto, mas nem moram no local. Esse é o perfil da esquerda caviar. Eles enganam. Família abastada, passam o *reveillon* em Torres, andam de carrão, mas dão migué que representam o povo de Porto Alegre, os mais humildes. Daí, cinco dias antes da eleição, ingressaram com uma ação judicial e

lograram êxito, através de uma decisão judicial tendenciosa. Ninguém é criança e ninguém é bobo, todo mundo sabe como é que funciona o jogo aqui. Infelizmente aqueles que votam os projetos a favor da cidade talvez não tenham ido tão bem; mas aqueles que vêm com algema, com chapéu de burro, que invadem a Câmara de Vereadores pelados, que fazem protesto, que queimam pneu, esses foram bem! Parabéns! Venceram! Eu acho pelo menos a gente vai se ver livre deles, aí, pelos próximos anos.

Enfim, quero dizer a vocês que o projeto passe livre é um projeto importante, um projeto do prefeito Melo, que é um homem muito inteligente, batalhador, já foi vereador de Porto Alegre, ele e também o nosso vice-prefeito Ricardo Gomes, eles têm o nosso total apoio. E não menos importante: parabéns, prefeito Melo; parabéns, Ricardo Gomes; parabéns à nossa base, que vai votar este projeto importante para a nossa cidade.

Sugiro à esquerda ultraradical, à esquerda caviar que dá risada e conta piada, à esquerda, que passava mais tempo dentro do grêmio estudantil do que estudando... Lembro-me que eu, com 14 anos, tive que trabalhar como auxiliar de serviços gerais, mas tinha uns *playboys* da esquerda caviar que passavam o tempo todo ou matando aula, ou no grêmio estudantil, e esses se elegeram. Por mérito! Quero fazer um pedido para a esquerda caviar: vote contra o projeto. Vote contra o projeto porque a esquerda caviar, a esquerda radical votou contra o passe livre quando votou contra as isenções para as pessoas de baixa renda que não têm trabalho e queriam pegar o ônibus para procurar emprego aqui no Centro de Porto Alegre. Na verdade, vocês da esquerda caviar, da esquerda ultraradical, *playboys*, vocês são mentirosos, são demagogos, com subterfúgios e mecanismos nebulosos, ludibriaram a opinião pública e elegeram alguns de vocês para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal. Vou continuar meu trabalho aqui combatendo a esquerda caviar, a esquerda ultraradical, defendendo as bandeiras do presidente Jair Bolsonaro. E a resposta vocês vão ter nas urnas, agora dia 30: o Brasil vai continuar mudando, e o Rio Grande vai ter, certamente, um futuro melhor, porque Porto Alegre, o Rio Grande e o Brasil não podem parar.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/22.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Cecchim, como estive, na semana passada, em licença médica, eu não tive a oportunidade ainda, e faço agora, de cumprimentar os nossos colegas, homens e mulheres aqui da Câmara, vereadores e vereadoras eleitos para, a partir do ano que vem, estar em outra jornada. Eu quero deixar um abraço e desejar sucesso. Meus parabéns aos vereadores Laura Sito, Kaká D'Ávila, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Matheus Gomes, Felipe Camozzato e

Leonel Radde. Cumprimento vocês. E desde lá, agora entrando no tema, quando nós discutimos aqui a redução do passe livre, eu vim à tribuna dizer que achava nada razoável mantermos a isenção ou passe livre no dia da Festa de Navegantes e não termos isenção no dia das eleições. Portanto já havia me manifestado a esse respeito, que sempre fui favorável à isenção, ao passe livre no dia das eleições. Falando disso, eu quero conversar sobre a Emenda nº 02, da Ver.^a Laura Sito e do Ver. Leonel Radde. A Emenda nº 02, no meu olhar, está com um problema praticamente insanável. Por quê? Porque ao invés de nós colocarmos em incisos as pretensões de passe livre para a eleição majoritária de proporcionais, para o Conselho Tutelar e para plebiscitos e referendos, se escreveu tudo numa redação única e num inciso só, o inciso III, que prevê isenção, ou melhor, passe livre no dia das eleições majoritárias, do Conselho Tutelar e da votação de plebiscitos e referendos, repito, num inciso só. Se nós aprovarmos esta proposta, nós vamos correr o risco de não termos isenção nenhuma, passe livre nenhum, Ver. Schirmer, ouvi o seu discurso também. Por quê? Porque o prefeito não pode vetar parte da redação de um artigo, um inciso e um parágrafo. Ele precisa votar toda a redação do inciso, ou nada. E se o prefeito vetar o inciso III, da Emenda nº 02, significa que nós teremos, lá no dia das eleições de 2º turno, nem sequer passe livre nós vamos ter. Por quê? Porque, ou o prefeito vota todo o inciso ou nada. Na minha visão, no que eu entendo, isso na verdade não poderia ser apresentado desta maneira. Nós poderíamos apresentar então, repito, em três incisos. Aí haveria a possibilidade de aprovar os três, a emenda com os três, e o prefeito poderia vetar A, B ou nada; do jeito que está, eu acho que é perigoso. Portanto, eu venho fazer esse alerta, porque sou favorável, sim, ao passe livre, em especial, como já falei, ao passe livre no dia das eleições majoritárias e proporcionais da União, do Estado e do Município. Se nada mudou do que existe previsto na legislação atual, o prefeito veta tudo ou veta nada, e isso pode causar problemas para a Câmara Municipal. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLCE nº 014/22. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu vou dar algumas dicas aqui; teve vereador muito preocupado com o valor que será gasto durante as eleições, com o passe livre, dizendo que R\$ 1 milhão poderia construir não sei quantas casas populares, então eu vou dar uma dica: quantas casas populares, Schirmer, podem ser pagas e construídas com os R\$ 15 milhões que a Prefeitura tem de publicidade só no gabinete do prefeito Sebastião Melo? Se a preocupação é economia para o Município, que não pode dar o passe livre de R\$ 1 milhão, porque isso vai fazer falta para comprar moradia popular, quantos passes livres nós não podemos pagar com os R\$ 15 milhões em publicidade, população de Porto Alegre, do gabinete do prefeito Sebastião Melo?

Eu vou ler aqui também um trecho que é muito importante, já que estamos falando de um processo eleitoral, da Rosane de Oliveira (Lê.): “Conselhos que podem virar mico [eu colocaria: podem virar crime e Comissão de Ética nesta Casa]. Apesar de o Ministério Público Eleitoral e do Trabalho estarem atentos a todas as formas de assédio eleitoral aos empregados, tem político que não aprende. A vereadora Comandante Nádia (PP), que renunciou às vésperas da eleição [ou seja, candidatura laranja] contou em um ato político ter recomendado a lojistas que falem com os empregados para orientá-los a votar. A diferença entre orientação e coação é sutil.” Coação eleitoral é crime. A mesma Comandante criticou jornalistas por falarem do aumento do preço da cebola e da batata. Talvez isso explique os 3% que tinha nas pesquisas, quando renunciou. E, lógico, ela vem aqui atacar o passe livre. Não conhece a realidade. Fala de boca cheia sobre motoristas, carros particulares; ela andava com duas, três camionetas, agora no processo eleitoral, dois ou três motoristas, R\$ 3 milhões de dinheiro público queimados para ela fazer o filme dela! Uma candidatura laranja, R\$ 3 milhões, três dias de passe livre, com dinheiro público. Chega de desfaçatez, chega de falação. Nós estamos falando de defesa da democracia, de direito da população de Porto Alegre ir votar de graça, porque a população tem esse direito democrático. Então, vir aqui e ficar fazendo colocações populistas, oportunistas quando tem os pés de barro, não pode! Não pode! E é muito interessante a base governista do prefeito que está trazendo essa lei agora, pessoas dizendo que vão votar contra o próprio prefeito! Olha o colapso da base governista, onde nem o prefeito consegue administrar a base do seu próprio partido! É surreal! Porto Alegre, de fato, está entregue às moscas! Está entregue à própria sorte, nesse momento. Mas felizmente, a Prefeitura sentiu o golpe, foi obrigada pela pressão popular a apresentar o projeto nesta Casa, que nós aprovaremos. Mas se é tão ruim, se a esquerda foi tão ruim, se o PT, o PCdoB, o PSOL foram tão oportunistas, por que então a Prefeitura está mandando esse projeto para cá? Podia dizer: Olha, estão mentindo, é uma grande mentira; nós temos a razão, a esquerda é mentirosa. Não manda o projeto, não manda o projeto para a Casa. Arca, mantém, sustenta, não é assim que funciona? Se mandou para cá, significa que a mobilização popular, a Defensoria Pública e todos os envolvidos conseguiram demonstrar o equívoco e o autoritarismo da Prefeitura por ter tirado o passe livre no dia das eleições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/22, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; temos certeza de que muitos são, os que estão assistindo também à TVCâmara, à medida que esse assunto interessa a toda a população de Porto Alegre. Eu estava lembrando aqui, Presidente, o número de isenções ou de gratuidades que foram

retiradas lá no final de 2021, isso é, o ano passado, e que modificou radicalmente os benefícios que a população tinha. Pois então, este projeto de lei, ele repõe apenas uma data significativa que é o dia das eleições, mas nós perdemos a gratuidade do Dia do Trabalhador, no carnaval, no 1º do ano, no Dia de Corpus Christi. Nós tínhamos 12 gratuidades. Quando nós votamos o projeto de lei, baixou algum valor? Não! Quando nós tiramos as gratuidades, que terminou a gratuidade dos idosos de 60 a 64 anos, baixou a passagem? Não! Quando nós terminamos com o ISSQN, baixou a passagem? Não! Quando nós aumentamos a vida útil dos ônibus de 10 para 13 anos, baixou a passagem? Não! E assim foi. Redução das passagens dos idosos, normal; das pessoas com deficiências. Queriam tirar até a passagem dos pacientes que se tratam do HIV, e isso é lamentável. Pois então, esse governo realmente não dialoga não só com os pobres, mas uma infinidade de cidadãos que precisam do aporte do Estado, do poder público e infelizmente não o têm. E é por isso que nós questionamos. Sabem quando baixou a passagem? Quando, vocês se lembram, o governo recebia 3% da taxa da Câmara de Compensação Tarifária. Quando nós extinguímos a taxa é que baixou R\$ 0,15, lá no final do governo Marchezan. Então, o governo agora subsidia – na própria justificativa do projeto de lei – R\$ 100 milhões e ainda tem essa choradeira de dizer para a população que só baixou a passagem porque foram retiradas essas isenções ou o passe livre. Me desculpem, não foi isso, foi o subsídio que foi restabelecido para poder então continuar um valor, eu diria, mais baixo de que algumas outras capitais, porque não estaria, como disseram aqui muitos vereadores, R\$ 6,60. Mas nós estamos aqui hoje trazendo um pouco daquilo que a população quer, houve uma indignação geral no dia da eleição, e nós queremos fazer com que esse direito volte para o cidadão, a partir de uma lei que restabeleça o livre acesso ao cidadão ir votar. Falaram aqui também que as abstenções chegaram a mais de 20%, mas aí é uma questão óbvia, muitas vezes as pessoas estão desmotivadas a votar mediante o péssimo governo que ora se estabeleceu, como foi no governo federal, é no governo estadual, e por que não no governo municipal, o qual não dialoga com as políticas sociais.

Olha o que acontece na área da saúde, olha o que aconteceu no próprio transporte público, em que aprovaram a liquidação da Carris. Vão demitir, em quatro anos, 3.500 cobradores, demitiram na saúde 1.840 servidores. É claro, o governo não dialoga mais com as camadas que mais precisam da força do Estado, do poder público para poder ampliar o serviço público.

E a leitura tem que ser feita, não é por acaso, é porque esses governos capitalistas não governam mais para as camadas mais populares e mais pobres, governam para os ricos, essa é a grande verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Olha, eu me admiro várias representações do governo virem aqui falar em demagogia, quando hoje a argumentação sobre o projeto do passe livre é essencialmente demagógica. Eu não vi ninguém aqui subir na tribuna e dizer que o projeto é bom para cidade. Ninguém falou isso, nenhum representante da base do governo está subindo aqui para afirmar nesse sentido. Olha, isso é demagogia. E ainda vem dizer que o dinheiro que vai financiar o passe livre vai sair de outras áreas sociais, da saúde da educação. Nós temos várias alternativas para garantir não apenas o passe livre nos dias da eleição, mas o retorno, inclusive, das gratuidades ao longo do ano. Basta a gente olhar para o superávit da Prefeitura, que só em 2021 foi de R\$ 789 milhões no caixa da Prefeitura, e vocês vêm dizer que não tem dinheiro! Como assim não tem dinheiro? Tem para o passe livre e tem para muitas outras coisas na cidade de Porto Alegre, como a garantia das vagas nas creches – seis mil crianças que neste momento não tem vaga em creche na cidade de Porto Alegre –, para a qualificação das unidades básicas de saúde, para o fortalecimento do atendimento na assistência social, que, dia após dia, está cada vez deficitário na nossa cidade. Se nós olhássemos só para o superávit, já teria uma boa fonte de financiamento, mas tem mais coisa ainda: já falaram aqui, mas é sempre bom lembrar que o prefeito queria dar de bandeja R\$ 1,6 milhão para a Havan – R\$ 1,6 milhão! –, exatamente o valor que estava sendo propagado como custo do passe livre no domingo de eleição. Tem mais ainda, há poucas semanas nós discutimos aqui na Câmara, e foi aprovada, uma isenção fiscal milionária para Fraport, uma empresa multinacional, que hoje está colocando catraca no aeroporto para impedir a livre circulação da população de Porto Alegre. Por que não tira daí? Ou dos outros milhões de isenções, mais de R\$ 120 milhões, para setores diversos da economia desta cidade, principalmente da área da tecnologia, com altos índices de lucratividade, que não precisavam dessas isenções. Está aí uma alternativa para financiar o passe livre. Agora tem vereador subindo aqui para reforçar o discurso demagógico do prefeito, que não sabe perder, porque perdeu na justiça, perdeu na rua, perdeu na sociedade, perdeu com a opinião pública em nível nacional a política que tentou implementar aqui na cidade, e agora está tentando colocar a culpa na oposição que deu sequência a uma batalha que nós já tínhamos feito aqui dentro, não apenas na tribuna, mas em audiências públicas, em reuniões, em frentes parlamentares que foram organizadas para defender as isenções do transporte, em protestos dentro e fora desta Casa, na articulação social com motoristas e cobradores.

A eleição é o momento dos grandes debates, quem não está preparado – e hoje, infelizmente, é um lugar-comum o desrespeito ao processo eleitoral, o rebaixamento da discussão, o uso de mentiras –, quem não está preparado para enfrentar grandes debates da eleição, não se apresente. Foi isso que nós fizemos, com uma decisão do prefeito Sebastião Melo, porque não havia nenhum impeditivo legal, e o acordo que ele construiu com o Ministério Público é o maior exemplo disso. O prefeito, na verdade, com suas atitudes, criou a contra-argumentação ao que ele mesmo disse, porque ele foi lá e fez um acordo com empresários e Ministério Público, para constituir um passe livre restrito na cidade de Porto Alegre, um passe livre que colocaria milhares de pessoas, porque hoje, na nossa cidade, são mais de 200 mil que vivem em situação

de pobreza ou extrema pobreza, e se nós olharmos para os números, nós tivemos mais de 300 mil pessoas utilizando o transporte público no domingo de eleição. Ou seja, há uma correlação entre esses dois dados, é importante a gente refletir. Quem esteve na rua, no domingo de eleição, viu quais eram os ônibus que estavam lotados; eram os ônibus que vinham da periferia, da Zona Leste, da Zona Sul, da Zona Norte. Não há uma pessoa que vai votar sozinha se tem que se deslocar a cidade inteira, ela tem que levar sua família, muitas vezes, e o custo é alto, impacta no orçamento familiar, que, hoje, na cidade de Porto Alegre, já está comprometido em cerca de 30% com o transporte público.

Então, nós estamos falando da garantia do direito democrático. O transporte público, se não é de acesso universal, vira um instrumento de controle social, e foi isso que, ao longo de muitos anos, nós vimos ser subvertido na capital gaúcha quando tinha passe livre: ônibus vindo lotado do morro, muitos comerciantes, uma parte da elite racista desta cidade, mandavam fechar *shopping*, centro comercial, porque tinham medo da periferia vindo para o Centro. Isso só acontecia em dia de passe livre. É por isso que nós defendemos esse direito, e hoje, novamente, pela força popular, ele vai se constituir na cidade de Porto Alegre. Isso é muito importante, mas infelizmente tem muita gente que não está sabendo entender, não está sabendo lidar, não está gostando, mas a gente diz: aceitem que vai doer menos, com certeza.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Estou retornando aqui para falar sobre o que está sendo colocado. Eu fui o único que reconheci como sendo uma vitória de vocês. Eu vim aqui nesta tribuna e falei: vocês ganharam essa; vocês realmente promoveram essa discussão num momento em que tinha uma relevância social. O que eu estou falando aqui para vocês não é isso, o que eu estou falando é que nós hoje estamos decidindo sobre o orçamento do Município, e, para algumas pessoas, 3% do orçamento do Município deve ser gasto para fazer as pessoas irem votar no Lula ou no Bolsonaro. Outras pessoas entendem que esses 3% do orçamento do Município, livre para ser gasto pelo prefeito, deve ser gasto em outras ações também em favor da sociedade, só que de uma maneira diferente. Então, na prática, toda essa discussão se resume a onde deve ser gasto o dinheiro da Prefeitura: se para fazer as pessoas irem votar no Lula ou no Bolsonaro ou, por exemplo, para equipar a Guarda Municipal, qualificar algumas praças de acesso público ou mesmo revitalizar alguma unidade de saúde. Essa é a questão. Já foi colocado que poder-se-ia fazer o custeio dessa e de outras isenções acabando com as isenções fiscais dadas a alguns grupos de empreendedores, por exemplo, microempreendedores ou empreendedores da área de comunicações, de informática, que teve diminuição dos impostos no município de Porto Alegre. A questão que fica aqui é que, muitas vezes, a gente não se dá conta que às vezes cobrar imposto é

impedir que aquilo aconteça. Por exemplo: existem alguns *call centers* que acabam se instalando na cidade de Porto Alegre, mas que estão competindo com o Rio de Janeiro, São Paulo, outros estados, e que se não tivesse uma isenção para esse ramo empreendedor, no Município de Porto Alegre, nós não teríamos arrecadação, nem mesmo 50% dela, porque a isenção recai sobre 50% do imposto normal para esse ramo de atividade, não teríamos nem mesmo os empregos gerados por esse ramo empreendedor.

O que eu acho que é interessante de se falar aqui é que a discussão do passe livre nas eleições não é uma discussão racional, se fosse uma discussão racional nós colocaríamos no papel, faríamos a soma, veríamos quantas pessoas foram beneficiadas por essa discussão, e chegaríamos a um consenso sobre o que é melhor ou o que é pior. Na prática, não é uma discussão racional. Essa é uma discussão emocional. E foi discutida na forma de narrativa, reforçando nas pessoas uma impressão que elas já têm, de que alguns vereadores são contra as pessoas, mas isso não é verdade. Todos nós aqui chegamos por representar as pessoas, por que nós seríamos contra as pessoas poderem ir votar gratuitamente no dia da eleição? Não faz o mínimo sentido. O que nós estamos discutindo aqui é orçamento do Município! Uma questão interessante nessa questão dos impostos é que as pessoas não se dão conta, por exemplo, quando vêm falar sobre a Fraport: “Ah, foi dada isenção de milhões para Fraport”; não tem problema, se quiserem, quando a Manuela for prefeita ou quando voltar algum prefeito do PT, vocês podem cobrar os impostos sobre a Fraport, a única consequência lógica que vai acontecer sobre isso é que, como não vai estar dentro do custo para ela poder operar, vai subir o preço. Nós queremos que as pessoas que vêm até Porto Alegre trazer divisas para o turismo em Porto Alegre prefiram não vir para Porto Alegre porque o custo de operação do aeroporto de Porto Alegre inviabiliza uma viagem a Porto Alegre ou nós queremos que essas pessoas venham até Porto Alegre para conhecer a nossa cidade e o nosso Estado? Se nós queremos que as pessoas venham até Porto Alegre, faz sentido que nós diminuamos o custo da viagem para Porto Alegre. Lembrando que o aeroporto de Porto Alegre traz pessoas não somente a Porto Alegre, mas para toda a região, como também para a Serra, Gramado e o Estado inteiro. Uma coisa que precisa ficar clara aqui é que todo imposto recai sobre a sociedade, mesmo que uma empresa com maior poder aquisitivo seja taxada, quem vai pagar esse custo é a parte mais fraca da relação, que é o cliente, porque, para operar, ela precisa ter viabilidade econômica. Então, mesmo quando se fala, por narrativa, que algumas empresas deveriam ter a sua diminuição de encargos, que foi dada pela questão da competição, para poder competir com outros estados, revogada, que essas empresas tenham a sua isenção revogada para aumentar a arrecadação, na prática nós não estaremos punindo a empresa A ou a empresa B, a gente vai estar punindo toda a sociedade, porque todo imposto recai sobre a sociedade, sobre os usuários que demandam aquele serviço. Então, se pensarmos de maneira lógica, não faz sentido destinar 3% do orçamento do Município como um todo para que as pessoas possam votar no Lula ou no Bolsonaro. Só para concluir, já que, quem manda no orçamento é o Poder Executivo, na condição de vice-líder do governo acho que é de bom tom que, embora eu tenho externado aqui a minha posição, eu siga a

orientação para que essa discussão se encerre nesse dia aqui tão triste da Câmara de Vereadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador. Alguns vereadores aqui reclamaram que V. Exa. não está com terno; eu prometi que, da próxima vez, o senhor virá devidamente fardado.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não, foi reclamado, nós mesmos chamamos a atenção do Ver. Bobadra que não podia ser de amarelo.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 014/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, Sr. Presidente, vereadores da esquerda caviar, telespectadores da TVCâmara, boa tarde a todos. Discussão importante: as vestimentas dos vereadores. Realmente, na sessão passada, eu vim com casaco amarelo para prestigiar o nosso Presidente Bolsonaro, fui muito elogiado por todos, mas hoje o tema aqui é a questão da isenção da passagem. Quero informar a todos que farei um *card* e vou dar ampla publicidade: “O Ver. Alexandre Bobadra é favorável à isenção da passagem no dia das votações”. E, um dia antes da votação, vou passar para todo mundo: “Vocês vão andar de passe livre amanhã porque eu votei favorável”. Vou fazer a mesma coisa que alguns da esquerda caviar fizeram aqui. Oportunismo, chantagem, manipulação, sacanagem, sabotagem com o sistema, é isso o que vocês fizeram. Em conluio, a esquerda caviar preparou, cinco dias eleição, um patrocínio no YouTube, Instagram, Telegram, Facebook, pago, para dizer que ela estava dando a passagem. Mentira, a esquerda caviar votou contra a isenção da passagem para os mais humildes. Porque lá na discussão do orçamento, durante o processo de ampla defesa e contraditório em que todos nós tínhamos acesso à documentação, vocês não falaram nada; aproveitaram os cinco dias antes da eleição, de forma sorrateira, covarde, inescrupulosa, através de subterfúgios e mecanismo nebulosos, ludibriaram a opinião pública e fizeram parecer que vocês, da esquerda ultrarradical, que andam de carrão e gastam quase 100% da verba de gabinete, andam de avião pelo Brasil todo para os eventos de vocês; vocês manipularam a opinião pública para ter um proveito eleitoral e lograram êxito. Mas a gente não cai mais nessa de vocês. Quero que fique consignado, Presidente, vou fazer um *card* que o Ver. Alexandre Bobadra votou a favor da isenção da passagem no dia da eleição. Vou divulgar em todas as redes, porque é isso o que vocês da esquerda caviar fazem conosco aqui a todo tempo. Nos projetos que são de interesse de quem mora em Porto Alegre, vocês votam contra. Acho que vocês deveriam votar contra este projeto, porque esse projeto não é de vocês.

E digo mais: há um precedente legislativo aqui que diz que vereador não pode propor isenção. A isenção tem que partir do Poder Executivo. Então, vocês subestimam a inteligência do ser humano, vocês subestimam as normas legislativas: vereador não pode propor isenção! Isenção só pode vir do Poder Executivo! Isso vai de encontro à resolução que fala sobre o precedente legislativo, de que vereador não pode propor isenção.

Então, parem de enganar as pessoas, vereadores da esquerda ultraradical, vereadores da esquerda caviar, vereadores que andam de carrão, que vão para *resorts*, que são ricos, que têm motorista, que têm segurança! Vocês fizeram um monte de coisas, estão de parabéns! Curso teatro do Wolf Maya, vocês são atores, vocês deveriam trabalhar nas grandes redes de comunicação, pois são muito bons.

Vou votar favorável ao passe livre de forma permanente em dia de eleição. Eu tinha um projeto importante aqui nesta Casa, pelo qual os policiais não pagariam passagem de ônibus. Por que isso? Não é porque o policial não tem dinheiro para pagar passagem, mas para dar a sensação de segurança para quem mora em Porto Alegre. Porque o bandido, o vago, o delinquente, o marginal não tem que saber se há polícia do ônibus ou não, então as pessoas têm que ter a sensação de segurança. Eu protocolei o projeto aqui dando isenção para os policiais penais, policiais militares, policiais civis, policiais federais, e o parecer jurídico foi o seguinte: “o vereador não pode propor isenção, pois isso tem que partir do Poder Executivo”. Então vocês mentem para as pessoas! Vocês, da esquerda caviar, mentem para as pessoas! Vamos pensar nas pessoas, vamos pensar em um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre. Parem de mentir, esquerda caviar! Dia 30, vocês terão a resposta nas urnas: Lula na cadeia!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 014/22. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, um esclarecimento necessário: como a Emenda nº 01 ao PLCE nº 014/22 líquida com o projeto e ela não está destacada, pergunto a V. Exa. e à Diretoria Legislativa se ela será votada em separado do projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim. As emendas são votadas separadamente, independentemente de estarem destacadas ou não. A diferença é que as destacadas podem ser encaminhadas, mas são votadas uma a uma.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão, a Emenda nº 05, diz o seguinte: “Ficam mantidas as mesmas linhas, itinerários e horários da tabela considerada normal em dias de semana nas datas que trata esta Lei”. Os dias normais de fluxo na cidade de Porto Alegre são os que não reduzem o número da frota, de segunda a sexta-feira, porque nesses dias os ônibus podem ter intervalo de até 15 minutos – no passado, era, no máximo, de 7 minutos –, e nos fins de semana, Bosco, é de 30 a 40 minutos. Foi por esse e por muitos outros motivos que as filas foram enormes. Em alguns itinerários, em algumas regiões, como aconteceu na região Leste, havia muita gente chegando para votar, porque os ônibus demoravam significativamente a chegar próximos às urnas eletrônicas. Então o que que acontece aqui? Essa emenda garante o preço que nós estamos pagando, que o governo está pagando, que o povo está pagando, porque esse dinheiro do povo, não é do prefeito, não é da Prefeitura. Se nós estamos pagando o valor de um dia normal, por que não exigir que o número de itinerários, o número de ônibus seja igual ao do dia de semana? Assim mesmo, alguns horários vão estar superlotados, porque não é só o trabalhador está se deslocando, mas grande parte da família está indo votar. Então peço aqui a sensibilidade dos colegas vereadores e vereadoras, porque se trata de um processo de dignidade e de acesso democrático às urnas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 014/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa discussão, quero lembrar aqui que a vereadora que me antecedeu dizia que comandava e, ao fim e ao cabo, nada comandou. Nessa votação, quem vai comandar é o povo; o povo quer o passe livre, mas não com transporte obstruído, nós queremos um transporte adequado para o dia, para o volume, para a quantidade de pessoas, para as eleitoras e os eleitores que no dia da eleição vão escolher os rumos do Rio Grande do Sul e do Brasil. Acho bonito ver que todo mundo gosta de eleitor; agora, quando se fala em tirar dinheiro dos megaempresários para financiar o passe livre, eles chiam, eles gritam, esbravejam, ficam indignados, mas eu não vi essa indignação ali no HPS, há dois dias, quando dois aparelhos de tomografia não estavam funcionando – e não estão ainda, até hoje! –, eu não vi! Eles falam: “O doente vai lá, não tem a passagem para ir até o hospital”, pois bem, está ali o hospital e o doente não pode ser atendido porque não tem aparelho de tomografia! Eu ouvi algum vereador do governo falar isso? Não! Isso vocês escondem, jogam para baixo do tapete os problemas da cidade, mas está lá, eu quero ver se alguém resolve isso, por favor, faça um telefonema, a base do governo, para o secretário Sparta da Saúde. Sabem para que serve o aparelho de tomografia? Para verificar em quaisquer órgãos qual é o nível do trauma para a intervenção médica. A pessoa precisa ser curada, estão ali os trabalhadores do HPS tendo que botar na

ambulância as pessoas! E obrigado ao Hospital Cristo Redentor que ofereceu três vagas diárias para aproveitar o aparelho deles, mas apenas três vagas para o HPS. Aí eles falam aqui que não tem dinheiro para o passe livre, mas como não tem dinheiro para HPS? Onde está o dinheiro? Onde estão os R\$ 10 bilhões. Eu mesmo respondo: parados no caixa da prefeitura. Tanto que estão parados, que veio o vereador aqui e disse assim: “Vamos fazer habitações, esse dinheiro do passe livre poderia fazer habitações”. No ano passado o prefeito Melo tinha R\$ 37 milhões no Fundo de Habitação, e sabem o que o secretário André fez? Devolveu R\$ 30 milhões, e a culpa nem é do secretário André; a culpa é do governo que não põe servidores lá, não têm servidores para efetuar os projetos de habitação e interesse social. Então, chega dessa demagogia de dizer que tem que fazer habitação, fazer saúde, fazer educação! Secretária de Educação, os porteiros das escolas estão sem receber! O dinheiro está no caixa da Prefeitura, e não chega o salário dos porteiros das escolas no bolso deles. E vocês vêm aqui dizer: “O dinheiro do passe livre, eu preciso dele para isso e para aquilo...”, mas vocês não executam políticas públicas! Ano passado vocês deixaram no caixa da Prefeitura, voltou, da Secretaria de Educação para o caixa único, R\$ 176 milhões, mas ainda temos 5 mil crianças da educação infantil sem vaga na cidade. Eu estou mostrando para vocês o que é a demagogia do governo Melo, *ipsis litteris*; essa é a dura realidade da nossa cidade. Mas nós não vamos nos calar, não vamos nos calar, porque o prefeito já se calou. Veio aqui, falou e saiu sem responder que teve que engolir o passe livre que ele tirou no ano passado! Sebastião Melo, essa tu tiveste que engolir! O povo indo votar democraticamente, escolher quem vai governar, e irão novamente dia 30. Por isso eu peço o voto de vocês nessa emenda, para que tenha mais ônibus no dia, e não que as pessoas sejam humilhadas, umas por cima das outras, como se fossem sardinhas! Não! Vamos colocar mais transporte, vamos ser razoáveis, sejamos tranquilos e razoáveis, e não socar as pessoas no domingo como sardinha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 14/22, pela oposição.

VEREADORA LAURA SITO (PT): É muito importante, a gente ouviu muita demagogia aqui. Eu ouvi aqui colegas vereadores e vereadoras subirem aqui e dizerem que a oposição se elegeu graças ao tema do passe livre. Um absurdo! Mas eu entendo, talvez, pensando do ponto de vista da psicologia, eu entendo que, quando tens um resultado desastroso, tu precisas encontrar uma justificativa. Vejam bem, tem vereador aqui cassado que concorreu. Ele precisa dizer por que o povo não foi votar nele, ele precisa dizer o porquê, eu entendo. Tem gente que é candidata laranja, precisa justificar por que era laranja, por que o povo não queria votar nela. Precisa dizer, eu entendo, mas quero dizer uma coisa para vocês: quem ficou aqui quase dois anos, tirando o direito dos trabalhadores, vendendo a cidade para a especulação imobiliária,

quem ficou aqui... Eu tenho 30 anos, este é o meu primeiro ano de vereadora, teve um dia que eu saí daqui chocada, o dia que votaram aqui pela extinção dos cobradores e cobradoras; gente aqui de 60, 70 anos, chorando, porque não teria como sustentar mais a sua família, e vereador aqui rindo, dizendo: “Não se preocupem, vocês não vão perder o emprego”. Só na minha família, tenho cinco primos, Ver. Pedro Ruas, que são cobradores e motoristas de ônibus. Deles, três perderam o emprego em menos de um ano da lei aprovada. Então quem tira direito da classe trabalhadora, dos pobres da cidade não pode achar que vai passar ileso, não pode achar. Foi isso que vocês colheram na urna. A nossa emenda é uma emenda que visa garantir segurança ao projeto. Vejam bem, nós vamos aprovar o passe livre, algo que nós, oposição, lutamos bravamente para que pudéssemos garantir, que bom que o projeto veio para a Casa. Não adianta nós votarmos passe livre e virem as empresas reduzir linhas, reduzir horários, não garantir a acessibilidade do povo. Eu lembro das eleições de 2016, quando muitas pessoas foram para as paradas de ônibus e não tinha mais linha! Não tinha linha, não tinha horário, as pessoas ficaram mofando, perderam o horário de votar. Então, a nossa emenda é para garantir uma segurança ao projeto. Por fim, quero dizer que nós temos uma emenda aqui que não foi destacada, portanto que não vai ser debatida, mas como todo projeto tem sempre um jabuti andando por aí, que é uma emenda do Partido Novo, que de novo não tem muita coisa além do nome, e que visa aqui fazer o quê? Garantir com que o passe livre seja apenas para aqueles e aquelas que são cadastradas no CadÚnico, ou seja, destrói o projeto. Isso só demonstra, essa emenda só demonstra, mais uma vez, que, para boa parte deste plenário aqui, este projeto está sendo trazido a contragosto, não querem. Por isso que, ao invés de virem aqui falar da importância do passe livre, da importância do direito à cidade, vêm aqui, na verdade, e atacam a oposição, vêm aqui e querem justificar seus insucessos eleitorais por conta de uma retirada de direito que o próprio governo, a própria situação provocou aqui na Casa, provocou a cidade. Então, vejam bem, nós estamos aqui fazendo algumas emendas que garantem o sucesso do projeto, que garantem o acesso ao direito à cidade, o acesso ao passe livre, a garantia do processo eleitoral. Então, eu fico pensando o seguinte, eles falam em esquerda caviar, atacam os vereadores de esquerda por conta do seu sucesso eleitoral. Eu fico pensando o quanto nós temos aqui, na verdade, uma direita que, além de ser caviar, alguns aqui, tem um vereador específico que corre o risco, inclusive, de perder o seu mandato, um vereador cassado, que está recorrendo. Então, na verdade, infelizmente, o debate aqui poucas vezes consegue ser no alto nível. Fico feliz de nós podermos estar aqui aprovando um projeto que restabelece o passe livre, mas é importante que nós tenhamos aqui um compromisso dos pares da Casa de garantir a seguridade do projeto e a ampliação da participação dos processos democráticos, e isso se garante não só na isenção da catraca, mas também se garante em conseguir garantir a circulação das linhas dos ônibus, dos horários por toda a cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Alexandre Bobadra assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 014/22.

A senhora pode repetir o que a senhora falou? Quem é o vereador cassado? (Pausa.) Sou eu? (Pausa.) Vou representar contra a senhora, hoje, na Comissão de Ética, se prepare, então, para a despedida, *o.k.*?

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde, estou vendo aqui algumas pessoas na plateia, ou mesmo na galeria, tentando ofender o Ver. Bobadra, chamando-o de vigilante, mas eu acho que ele tem muito orgulho de ser da categoria dos policiais penais, que contribuem para a sociedade, treinando, inclusive, pessoas que trabalham na vigilância, que desenvolvem uma atividade muito importante. Eu posso falar da qualificação dos vigilantes que nós temos no nosso País, porque sou Instrutor de Armamento e Tiro – IAT, credenciado pela Polícia Federal, com habilitação para treinar os nossos vigilantes, que são pessoas que desempenham funções muito importantes e que, se não fossem eles, tenho certeza de que a nossa segurança pública e privada estaria muito pior. Então, o senhor, Ver. Bobadra, ser chamado de vigilante, na verdade, deveria ser considerado um elogio, não uma ofensa, como a esquerda caviar, que aqui nas galerias está tentando fazer parecer. Então, só o primeiro ponto para eu poder entrar nessa discussão aqui, neste momento, com vocês.

Eu estou vindo à tribuna porque eu ouvi atentamente e eu realmente acho que estamos começando a evoluir como parlamento. Sinceramente. Eu estava agora conversando com a vereadora, na verdade, com a deputada Laura Sito, e ela mencionou que é uma desconsideração com a esquerda dizer que eles se elegeram por conta da pauta do passe livre largada nos quatro dias antes da eleição. Eu concordo, eu acho que ela se elegeu com 36 mil votos pelos próprios méritos, com certeza – e merece. Após a eleição, eu perguntei para ela por que ela acreditava ter feito tamanha votação, qual foi a pauta que ela defendeu durante o período eleitoral, e ela e o PT, como um todo, defenderam o combate à fome. Se elegeu pelos próprios méritos, mas é inegável que os vereadores que aqui estavam, que estouraram isso de maneira desleal, porque não fizeram essa discussão no momento em que poderiam, que era no momento da votação, tiveram um acréscimo de votação. Então, se elegeu pelos próprios méritos, sem discussão, mas é óbvio que isso beneficiou alguns e prejudicou alguns. Eu posso falar isso porque, no momento dessa votação, eu não participei, então falo com a isenção de quem não foi afetado por essa questão específica.

Queria só recompor algumas questões aqui, porque, como estamos votando, é importante que a gente recoloca a verdade em algumas questões. O Ver. Jonas mencionou que nós seríamos contra taxar os ricos para financiar o transporte gratuito; mentira. Isso é mentira. Por que isso é mentira? Porque, se isso funcionasse, estariam resolvidos os problemas, bastava taxarmos algumas pessoas e estariam resolvidos todos os problemas do mundo. Mas qual é o problema da taxação de qualquer grupo econômico? É que, no longo prazo, a arrecadação diminui. Nós podemos fazer uma solução paliativa momentânea: “vamos taxar o grupo econômico A”, em dois, três,

quatro anos, a arrecadação daquela taxa diminui, não aumenta. Então, se nós queremos uma solução perene no tempo, não basta simplesmente taxar, tem que encontrar uma solução de longo prazo, e simplesmente taxar qualquer grupo econômico não é solução. O Ver. Aldacir Oliboni, com todo respeito, com relação a essa emenda que está sendo discutida, mencionou que, se for pagar preço de tabela cheia, tem que colocar tabela cheia de ônibus para transportar pessoas no domingo. Eu concordo com a sua afirmação, só que a tabela paga para o transporte público nesse final de semana que está sendo aprovado pela lei é a tabela de final de semana. Eu acabei de confirmar com o secretário Adão, o senhor pode ir perguntar para ele, se ele mentiu, eu vou concordar com o senhor. O que me foi colocado pelo secretário Adão é que o custo pago por dia de eleição é o preço de domingo que é R\$ 1,3 milhão; se fosse um dia normal seriam R\$ 3 milhões. Então estamos pagando o preço de domingo, faz sentido fazer a tabela de domingo por conta disso; se quisermos pagar R\$ 3 milhões para ter no domingo, tudo bem, mas daí muda a tabela do que vai estar sendo pago.

Era isso, eu falei da vereadora, na verdade da deputada, Laura, do Oliboni e do Jonas. Só para recompor aqui, porque, às vezes, nós nos omitimos da discussão para tentar encerrar o tema, mas parece que nós somos os errados e vocês são os certos. Então, é importante que a gente venha fazer esse contraponto aqui.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras, eu peço atenção a essa emenda porque ela é uma proposição de uma correção de uma dubiedade que a lei hoje não deixa nítido. A Corregedoria da Casa apontou que, se não for por decreto a implementação do dia de vacinação e do dia do passe livre, pode vir a se sobrepor ao que está previsto na lei que a gente vai votar agora, ou seja, é uma correção proposta pela Procuradoria da Casa. Então, nesse sentido é uma correção para não deixar dubiedade na implementação. O prefeito pode fazer um decreto para os dias de vacinação e, ao mesmo tempo, extrapolar os dias previstos na lei ou então se colocar em contraponto aquilo que está previsto na lei anterior do passe livre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos a intenção do Ver. Hamilton Sossmeier em votar “não” à Emenda nº 06. Apregoo o PLL nº 362/22, de autoria da Mesa Diretora.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

A Emenda nº 02 ao PLCE nº 014/22 está prejudicada em função do Precedente Legislativo nº 02.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03 ao PLCE nº 014/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 014/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 17h02min: Encerrada a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0237/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 010/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o *caput* do art. 12, o *caput* do art. 46 e o *caput* do art. 52, inclui § 8º no *caput* do art. 12 e art. 60-A e revoga o parágrafo único do art. 46, todos da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987 – que estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo DMAE e dá outras providências –, e alterações posteriores, vinculando ramal predial a CPF ou CNPJ, considerando usuário o destinatário final do serviço e responsabilizando-o por contas e tarifas que menciona e estabelecendo a previsão de prescrição civil para os créditos de que trata aquela Lei Complementar. **(SEI 220.00074/2022-10)**

PROC. Nº 0425/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 163/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Memorial às Vítimas da Covid-19 no Município de Porto Alegre. **(SEI 021.00088/2021-81)**

PROC. Nº 1196/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 526/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que garante, no Município de Porto Alegre, o livre direito de circulação, o acesso a qualquer localidade pública ou privada, a não utilização de máscara e as demais garantias individuais ao cidadão que possuir a presença de anticorpos contra o novo Coronavírus (covid-19) ou o esquema vacinal completo. (SEI 025.00109/2021-65)

PROC. Nº 1270/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 051/21, que autoriza o Executivo Municipal a desafetar da destinação de uso comum do povo e constituir servidão onerosa em favor do Grêmio Náutico União (GNU), o próprio municipal que especifica. (SEI 118.00337/2021-23)

PROC. Nº 0111/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/22, que autoriza a cessão de uso do próprio municipal para o Município de Viamão, destinado à Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Saint Hilaire e às áreas de lazer. (SEI 118.00173/2022-15)

PROC. Nº 0355/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/22, que altera o § 1º do art. 2º, o *caput* e o § 2º do art. 3º, o parágrafo único do art. 5º, o § 2º do art. 6º, o art. 8º e o art. 9º e revoga o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.941, de 25 de janeiro de 2006, que denomina Comerciantes Populares os vendedores ambulantes que exercem a atividade de comércio na modalidade anteriormente denominada camelôs, institui os Centros Populares de Compras no Município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 118.00272/2022-05)

PROC. Nº 0542/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 271/22, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Bolsa Atleta no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00292/2022-71)

PROC. Nº 0581/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 293/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa Beneficente Cultural Fidalgos e Aristocratas. (SEI 037.00329/2021-87)

PROC. Nº 0589/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 297/22, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Farid Germano o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Cento e Oitenta e Dois, localizado no loteamento Lagos de Nova Ipanema, Bairro Hípica. (SEI 165.00142/2022-17)

PROC. Nº 0635/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 317/22, de autoria do Ver. José Freitas, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 13.140, de 1º de junho de 2022, alterando a denominação do logradouro de Maria Amelia Bonifacio para Cedro Rosa. (SEI 034.00336/2022-62)

PROC. Nº 0718/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 361/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Praça Ramão Fernandes da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Quatro Sq Quatro Primeira Unidade, Vila Nova Restinga. (SEI 034.00388/2022-39)

PROC. Nº 0734/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 368/22, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que inclui a efeméride Dia do Entregador de Delivery no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 16 de outubro. (SEI 023.00039/2022-28)

PROC. Nº 0735/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/22, que dispõe sobre o Regime de Adiantamento a servidores da Administração Centralizada, Autarquias e Fundação, revoga as Leis nº 8.266, de 29 de dezembro de 1998, e nº 12.372, de 6 de março de 2018. (SEI 118.00441/2022-07)

PROC. Nº 0737/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/22, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana do Surdo no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, com início dia 20 e fim dia 26 de setembro. (SEI 034.00402/2022-02)

PROC. Nº 0738/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/22, que altera o item classe, identificação-referências e atribuições das classes de cargos Auxiliar de Gabinete Odontológico e Técnico em Higiene Dental, no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra *a* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. (SEI 118.00444/2022-32)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h03min.)

* * * * *